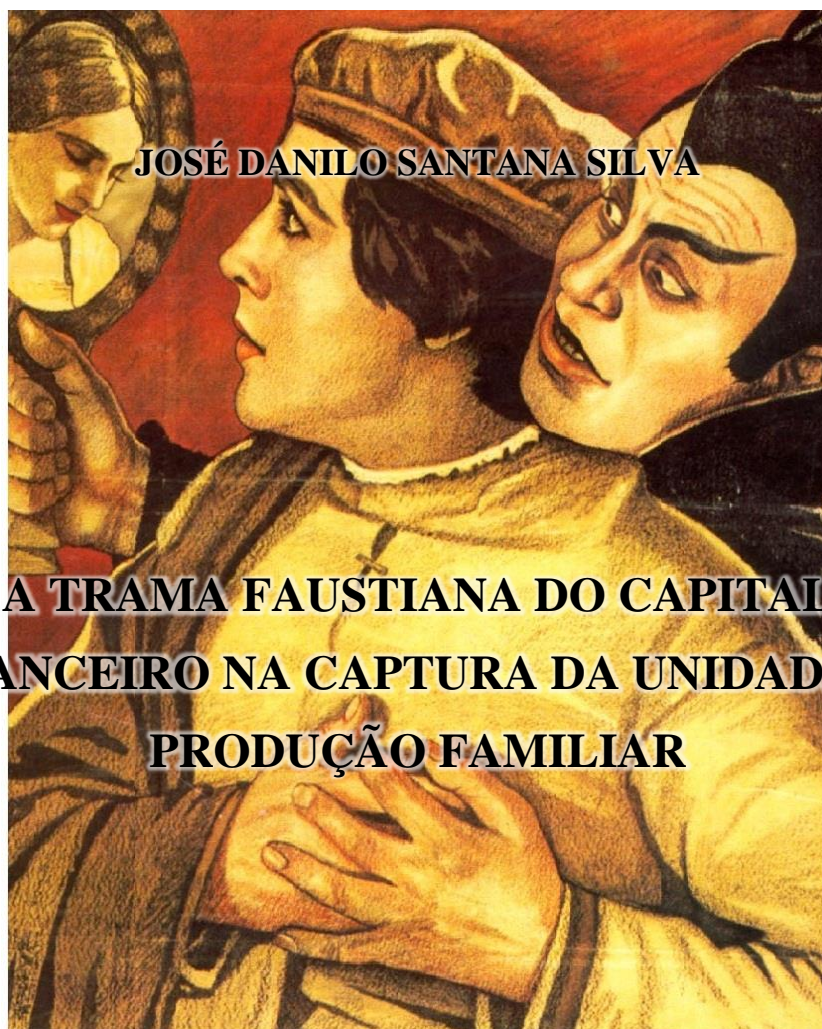




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A TRAMA FAUSTIANA DO CAPITAL
FINANCEIRO NA CAPTURA DA UNIDADE DE
PRODUÇÃO FAMILIAR**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
SETEMBRO/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A TRAMA FAUSTIANA DO CAPITAL
FINANCEIRO NA CAPTURA DA UNIDADE DE
PRODUÇÃO FAMILIAR**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
SETEMBRO/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A TRAMA FAUSTIANA DO CAPITAL
FINANCEIRO NA CAPTURA DA UNIDADE DE
PRODUÇÃO FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS para a obtenção de título de Mestre em Geografia sob orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
SETEMBRO/2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586t Santana Silva, José Danilo
A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar / José Danilo Santana Silva; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2014.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Capital fictício. 2. Capital financeiro. 3. Mundialização do capital. 4. Território do Alto Sertão Sergipano. 5. Sergipe (SE). I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU: 911.3:33(813.7)

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A TRAMA FAUSTIANA DO CAPITAL FINANCEIRO NA
CAPTURA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição
Orientadora e Presidente da Banca
Programa de Pós Graduação em Geografia/UFS

Prrof^o. Dr^o. Fábio Maia Sobral
Examinador Externo
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. Marleide Maria Santos Sérgio
Examinadora Interna
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Josefa de Lisboa Santos
Suplente
Universidade Federal de Sergipe

Dissertação defendida e aprovada em 30 de setembro de 2014

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
SETEMBRO/2014**

À Neil Smith, Roberto Kurtz, Carlos Nelson Coutinho,
Jacob Gorender, José Saramago e Gabriel Garcia
Marquez

Ao povo sertanejo,

À minha Mãe Dolores, Vô Domingos, Vó Maria e Tia
Josefa

AGRADECIMENTOS

Em tempos onde o fardo histórico tornou-se ainda mais pesado, o desafio de ler a realidade e acreditar num processo de transformação social passou a ser uma tarefa assumida por poucos. Na Roda Viva da academia a liberdade se faz com cerceamentos, na liberdade de pensar são construídos instrumentos de perseguição e imposição da lógica dominante. O fim da teoria veio acompanhado da desqualificação política do saber científico. A lógica de mercado assumiu o papel da verdade, havendo uma verdadeira financeirização do conhecimento, seguindo a mesma lógica especulativa e parasitária.

Neste sentido agradeço a Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição me possibilitar ver e sentir para além da trama do capital. Agradeço por me fazer crescer intelectualmente e como ser humano. O teu olhar perante o outro é de uma sensibilidade única. Obrigado por todos os anos de aprendizado que mudaram minha trajetória de vida. Alexandrina, te agradeço na condição de aluno, orientando, de amigo e de camarada. Muito obrigado!

Este caminho é longo precisa de muitos alicerces, os maiores deles encontrei com vocês. Te agradeço por todos sacrifícios Mãe, sei o quanto lutou e abdicou da sua própria vida para me oferecer caminhos. Obrigado por todo seu amor e carinho, por sempre acreditar nas minhas decisões.

E de tão grande que eu sou precisei de mais duas outras Mães, que da mesma forma nunca me negaram nada. Minha avó Maria e Tia Josefa, faltam palavras para dizer o quanto vocês são importantes na minha vida. Sempre se doaram por mim, graças a vocês não me faltou nada.

Agradeço ao meu avô que tanto me faz falta, você me ensinou a experienciar o mundo, me trouxe arte, poesia, música, filosofia, raciocínio, e, sobretudo, liberdade e sensibilidade. Meu avô, a saudade não cessa. Obrigado por tudo que você representa em minha vida.

Deixo meu obrigado para meus tios Domingos e Santana, sei de tudo que fizeram por mim até hoje, assim como meu avô sempre margearam meu caminho.

Aos meus primos-irmãos Marta, Patrícia, Bruna, Marcos, Marcio, Letícia, Camila, Lucas, Vitor, Mateus, Alberto e aos mais novos membros da família Rosa e Laura. Obrigado por todo apoio, sou muito feliz por crescer ao lado de todos vocês.

Agradeço a Simone por sempre estar ao meu lado em todos os momentos. Graças a você pude superar muitos momentos difíceis. Obrigado pelo seu amor, seu companheirismo e sua amizade.

À Marcelo, Marcio, Maria, Vanessa, Shauane, Bárbara e Jordana, vocês tem sido verdadeiros irmãos, minha família nesse litoral tão distante. Obrigado por toda amizade, por toda preocupação e cuidado de vocês. Percorremos muitos caminhos juntos. São pessoas especiais em minha vida.

Ao Spartakus, grande parte do meu crescimento intelectual devo a todos vocês. Todas as discussões são de grandeza inestimável e servem de base para a minha forma de agir e pensar hoje. André, Ariel, Vanessa, Marcelo, Shauane, Fábio, Alexandrina e Léo, muito obrigado por todo conhecimento e também pelas boas risadas após as reuniões.

Ao Diretório Acadêmico Livre de Geografia e ao Movimento Estudantil da UFS e da Geografia do Nordeste, onde comecei a aprender o que é ter uma visão política de mundo. Maíra, Erika, Barbara, Marcelo, Marcio, Edimilson, Vanessa, Denise, Shauane, Jordana, Jeilson, Renato, Flávio, Maria José, Sidney e Caio, vocês foram fundamentais nesta caminhada

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho – GPCET: Alexandrina, Jordana, Ricardo, Junior, Eliany, Nacelice, Guto, Pedro, Ronilson, Leandro, Marcelo, Marcio, Shauane, Vanessa, Áurea, Dayse, Lucas Gama, Wagnervalter, Michele, Tereza e Fabrícia. Agradeço por todos os momentos de aprendizagem coletiva. Convergências e divergências também fazem parte de todo processo de crescimento.

À Nace e Eliany, meu agradecimento por todo afeto de vocês comigo, não há como dimensionar o carinho que tenho por vocês.

À Associação de Geógrafos Brasileiros, mesmo na difícil tarefa de sobreviver em meio a toda despolitização da academia, a AGB permanece firme na luta por Geografia realmente voltada para os interesses sociais.

Aos Professores Dr.^o Fábio Sobral e Dr.^a Suzane Tosta, por toda dedicação de ler e apontar sugestões e críticas para o fechamento desta dissertação.

À Professora Dr.^a Marleide Sérgio com quem tive a honra de dividir uma tópico de uma disciplina no curso de Residência Agrária e que se soma a banca de defesa de mestrado. Obrigado por todo conhecimento, simplicidade e gentileza.

À Professora Dr.^a Cristiane Senhorinha por dividir seu conhecimento conosco em vários momentos.

À Professora Josefa Lisboa, por toda dedicação ao NPGEO e a também todo o esforço para garantir a realização desta defesa.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, por todos os debates e por manterem a alegria no período cansativo de pagamento das disciplinas.

Agradeço a todos os companheiros de Residência Universitária, companheiros Bauxita 301 e de todos os agregados. Juniela, Gerenício, Alísson, Luanna, Simone, Aline, Alizete, Amael, Júnior, Salomé, Edilma, Claudinha, Kelly, Alizete, Gil, Robson, Elúzia, Moema, Manuela, Simone A e mais uma infinidade de amigos que cruzaram esse caminho.

Aos amigos do Rock Sertão, Binho, Fábio, Crivo, Ramon, Romário, Magda, Joaozinho, na luta diária de construção de um projeto de cultura que não seja atrelado ao mercado.

À Thuany, Layla, Ashley, Vivian, Luna, Camila, Kalyne e Milena. Vocês foram mais do que colegas de trabalho, foram verdadeiros amigos. Talvez vocês nunca saibam o quanto foram fundamentais nesta caminhada. Muitas vezes as coisas mais importantes se processam da forma mais simples.

Aos professores, funcionários, terceirizados e estagiários do NPGEO, por todo esforço para garantir o pleno funcionamento do Núcleo de Pós-Graduação.

Aos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, agradeço por todo conhecimento e por sentir o sangue pulsando de quem está na luta contra as perversidades de um sistema social que gera desigualdades.

Ao povo sertanejo, a quem o sol forte e o trabalho duro não tira a singeleza de um bom dia.

RESUMO

Com o fim do keynesianismo enquanto modelo econômico capaz de superar a crise de superprodução que se estabelecia no final da década de 1970, a mundialização do capital surge como processo de um novo ritmo de acumulação. A integração internacional dos mercados foi garantida por meio da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e automatização do fluxo de capitais. Para tanto, coube aos Estados centrais assumir e determinar os rumos da política neoliberal, retirando barreiras institucionais e econômicas que pudessem criar entraves para o livre fluxo de capitais. No Brasil, a inserção do capital financeiro no campo se dá modernização técnica durante a ditadura militar. Era necessário transformar o campo para atender a demanda de produção do comércio exterior, aumentar a produtividade sem alterar a estrutura fundiária por meio da integração técnica entre indústria e agricultura. A integração do capital financeiro com a agricultura compreende o fortalecimento de um sistema de crédito rural e de mecanismos de incentivos fiscais e financeiros do Estado, intensificação de relações interindustriais (com a fusão de capitais agroindustriais no setor privado e a consolidação de conglomerados multissetoriais) e transformação no mercado de terras. Sob a égide do agronegócio, o capital financeiro assume o controle do desenvolvimento do campo brasileiro, perseguindo assim o lucro a renda da terra mediante políticas de Estado. Nesta direção, o desafio da nossa pesquisa de mestrado consiste em analisar os rebatimentos espaciais da inserção do capital financeiro no campo sergipano, analisar de que forma este gesta o território para extrair direta ou indiretamente frações de mais-valor e da renda da terra. É importante observar que o capital financeiro se insere no campo não só por meio do financiamento direto da produção e comercialização de mercadorias, a presença do sistema de crédito permeia outras dimensões da renda da unidade de produção camponesa. Para tanto, analisamos o Território do Alto Sertão Sergipano com o objetivo identificar as formas e estratégias do capital financeiro para obtenção de lucro, sobretudo, por meio da subordinação da unidade de produção familiar para o processo de acumulação, analisando as ações do Estado na apreensão dialética do movimento de favorecimento ao capital que com esse compõe de forma indissociável e interligada o seu sistema metabólico de reprodução.

Palavras-chave: Capital fictício - Capital financeiro - Mundialização do capital – Território do Alto Sertão Sergipano.

ABSTRACT

With the end of Keynesianism as an economic model to overcome the crisis of overproduction that was established in the late 1970s, the mundialization of capital appears as a process of a new rate of accumulation. The international integration of markets was ensured through the liberalization and deregulation of national and automating the flow of capital markets. For this purpose, it was up to the central states take over and determine the course of neoliberal policy, removing institutional and economic barriers that could create hindrances to the free flow of capital. In Brazil, the inclusion of financial capital in the field to give technical modernization during the military dictatorship. It was necessary to transform the field to meet the foreign trade of the production demand, increase productivity without changing the agrarian structure through technical integration between industry and agriculture. The integration of financial capital to agriculture comprises the strengthening of a rural credit system and mechanisms of fiscal and financial incentives from the state, intensification of interindustry relationships (with the fusion of agro-industrial capital in the private sector and the consolidation of multi-sectoral clusters) and transformation in the land market. Under the aegis of agribusiness, finance capital takes control of the development of the Brazilian field, so chasing the profit income from the land by state policies. In this sense, the challenge of our master's research is to analyze the spatial repercussions of insertion of finance capital in Sergipe field, analyze how this deed the land to extract directly or indirectly fractions of more value and land rent. . It is important to observe that the financial capital belongs to the field not only through direct financing, production and marketing of goods, the credit system presence permeates other dimensions of income of peasant production unit. Therefore, we analyzed the Territory of the Alto Sertão Sergipano with the objective to identify the forms and strategies of financial capital for profit, especially through the subordination of the family production unit to the accumulation process, analyzing the State's actions in apprehending dialectic of movement favoring the capital with that consists of indissociable and interconnected way your metabolic reproduction system.

Keyword: Fictitious capital - Financial capital - Mundialization of capital - Territory of the Alto Sertão Sergipano

SUMÁRIO

Dedicatória.....	IV
Agradecimentos.....	V
Resumo.....	IX
Abstract.....	X
Prólogo.....	14

ATO I

1- A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA	22
1.1 – O Capital fictício em Marx.....	22
1.2 – Capital financeiro: teoria e movimento.....	31
1.3 – A Mundialização do capital	45
1.4 – Capital financeiro e o processo de espacialização da acumulação financeira.....	50

ATO II

2 - INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO	55
2.1 - Ditadura militar e a inserção do capital financeiro no campo: novo modelo de desenvolvimento para manutenção de uma velha estrutura.....	55
2.2 – O Agrobusiness, monopolização da produção e territorialização do capital no campo.....	67
2.3 – A agricultura pautada na esfera da acumulação financeira.....	73

ATO III

3 - AS ARMADILHAS DO CAPITAL FINANCEIRO NO TASS E A PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	78
3.1 - As diferentes faces do capital financeiro no TASS.....	82
3.2 – Os agentes do capital financeiro no TASS.....	88
3.3 - O processo de subordinação (e dependência) da unidade de produção familiar ao capital financeiro.....	99

IV – CONCLUSÃO	106
-----------------------------	------------

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	111
--	------------

PROLÓGO

Todo este otimismo, toda esta expansão econômica. As coisas acontecem assim, tchan. Isso simultâneo com aquilo. Eu estendo a mão, e o que é que eu sinto? Sei que tem mil coisas que a gente analisa a cada dez minutos. Padrões, razões, índices, mapas inteiros de informações. Eu adoro informações. São nossa doçura e nossa luz. Uma puta maravilha. E nós temos significado no mundo. As pessoas comem e dormem a sobra do que fazemos. Mas ao mesmo tempo, o quê?

Cosmópolis, Don DeLillo

Ambientado num período onde a estrutura econômica e social sustentada pelo mercado financeiro entra em sua total ruína, o livro *Cosmópolis* - escrito por Don DeLillo e que foi aos cinemas sob a direção de David Cronenberg - embarca no labiríntico caminho do jovem milionário e dirigente de um grande conglomerado financeiro Eric Parcker para cortar o cabelo. O tempo de Eric, aparentemente anacrônico em sua limusine, se põe em conflito com o tempo do mercado financeiro em colapso, onde padrões, médias, desvios matemáticos, gráficos não são mais capazes de prever as flutuações das bolsas de valores. “*O rato tornou-se a unidade monetária*”¹ e a assimetria de sua próstata é metáfora de um tempo de mercado imprevisível, de esgotamento do capitalismo.

“*Um espectro ronda o mundo*”, parafraseando Marx e Engels em O Manifesto Comunista, este é o grito que Eric escuta de dentro de sua limusine nas ruas de Nova Iorque em meio às tensões e conflitos decorrentes da falência do capitalismo. A ordem e desordem dos números são a ordem e desordem das ruas. O vazio de Eric é o próprio colapso do mercado financeiro global, o poder feitichizado em astronômicas cifras dissipava-se pelo próprio movimento de especulação da mesma forma que suas relações amorosas eram fictícias e reais ao mesmo tempo. O capital financeiro havia penetrado em todas as esferas da vida.

Futurista e realista, o livro de Don DeLillo assume o desafio de refletir sobre a interferência objetiva e subjetiva dos mercados no cotidiano das pessoas desprezíveis e necessárias, como diz o próprio autor, para a reprodução do sistema do capital. O tempo

¹ Trecho da poesia “Crônica de uma cidade sitiada” escrita em 1983 por **ZBIGNIEW HERBERT** e utilizada por Don DeLillo como uma das expressões da derrocada do capitalismo em *Cosmópolis*.

humano é agora o tempo de acumulação de riquezas para o capital. “*O dinheiro faz o tempo*” (DELILLO, 2003, 80). Afirma Hilferding (1985) que com o capital financeiro são extintas as formas particulares de capital uma vez que ele aparece como poder único e comandante dos mecanismos vitais da sociedade.

A financeirização da economia torna-se um tema central para o entendimento do sistema do capital e sua lógica incontável para garantir o pleno desenvolvimento do seu ciclo no movimento de acumulação. Neste sentido, iremos analisar os rebatimentos da crise estrutural e seus agravantes econômicos, sociais e ambientais com o advento da financeirização da economia, bem como os rumos e perspectivas no embate da luta de classes.

A teoria se fez cada vez mais necessária para a compreensão da barbárie do capital. É imperativo revisitar a teoria marxista para desmistificar os discursos do capital, mover-se na contramão da alienação e orientar-se para a transformação social. Ou como afirma DeLillo reverter o tempo do capital para o tempo social

Porque o tempo faz parte dos ativos da empresa. Ele pertence ao sistema de mercado. O presente é mais difícil de encontrar. Ele está sendo eliminado do mundo para abrir lugar pro futuro dos mercados livres de qualquer controle e de imenso potencial de investimento. O futuro se torna insistente. É por isso que alguma coisa vai acontecer em breve, talvez hoje”, disse ela dirigindo um olhar maroto para as próprias mãos. “Para corrigir a aceleração do tempo. Trazer a natureza de volta ao normal, mais ou menos. (DELILLO, 2003, 81)

Refletir sobre o capital financeiro no âmbito da ciência geográfica conduz a necessidade de compreender as estratégias de acumulação do sistema do capital em articulação com suas diferentes escalas de reprodução do seu ciclo produtivo. Desta forma, o movimento do capital financeiro no campo se insere numa dinâmica maior do capital, que precisa ser analisado em sua totalidade. O capital financeiro é investigado não apenas em seus aspectos econômicos, mas na unidade dos seus rebatimentos sociais, políticos, ambientais e culturais.

Nessa direção, a escolha do método de análise implica na escolha de categorias de análise que darão suporte para o desenvolvimento do estudo e aprofundamento da análise. A definição de um método de análise, bem como de seus procedimentos

investigativos, constituem para o pesquisador já um primeiro posicionamento científico e político quanto a problemática a ser estudada. O método de pesquisa está de acordo com a visão de mundo do pesquisador, sua postura política e destinação social dos resultados de sua pesquisa.

Distanciamo-nos assim da construção ideológica de existência de uma ciência neutra. Defende Max Webber a necessidade de uma objetividade científica, neutralidade axiológica e isenção ideológica. Argumentos estes que reverberaram na construção de um mundo pautado pelo fim da história e no fim das ideologias. A ciência deslocada das relações sociais de produção não é posta, nos próprios conflitos sociais, políticos e econômicos, em que este último subjuga as demais esferas da sociedade.

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.
(Elegia 1938, Carlos Drummond de Andrade).

Assumimos a relação entre sujeito e objeto da mesma forma que o eu-lírico de Elegia 1938 enfrenta os conflitos latentes a sua sensibilidade. O olhar do poeta sobre o espectro da destruição revela a postura de ler e se colocar no mundo em construção, da

unidade entre ordem e desordem, daquilo que o cientista, enquanto indivíduo, não é capaz de transformar (dinamitar), mas que no âmbito ciência e da postura assumida é possível denunciar e apontar perspectivas, debates que direcionem para uma alternativa social. Desenvolver a uma ciência com este compromisso social implica na refutação do aparente, na verdade como ela se apresenta para revelar a essência de cada problemática, de forma que *“a tarefa da desmistificação ideológica é inseparável da investigação do inter-relacionamento dialético complexo entre métodos e valores, do qual nenhuma teoria ou filosofia social consegue escapar.”* (MÉSZÁROS, 2012, 303). Assim, o materialismo histórico dialético, desenvolvido por Karl Marx, consiste em um arcabouço teórico-metodológico capaz de analisar as contradições existentes no sistema do capital, estabelecer bases científicas válidas para investigar o processo de reprodução do capital, bem como seus condicionantes históricos. Afirmar Marx,

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (2011, 54)

Marx vai desenvolver seu método em contraposição a visão idealista que concebia uma essência humana eterna e imutável, uma substância (MARX, 2007). Segundo Marx, esta visão nega a base real da história, explicando a práxis humana a partir da ideia. A teoria marxiana vai partir de uma concepção de história que

Consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc, – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre diferentes aspectos). (MARX, 2007, 42)

Marx observa que a história da sociedade até em então é a história da luta de classes, de subjugação de uma classe sobre a outra através da exploração do trabalho. Esta exploração adquire diferentes formas e vai se metamorfoseando ao longo da história e das

alterações no modo de produção. Todavia, o capitalismo é o único modo de produção a dominar todo o globo, integrando Estados e nações em todo de uma economia mundializada. Através da emancipação do trabalho para o capital, o trabalhador é destituído dos meios de produção e passa a ser detentor da sua força de trabalho, aparecendo como sujeito livre para vender sua mercadoria (trabalho) em troca do recebimento de salários. O salário representa apenas uma parcela mínima da riqueza realmente produzida, sendo pago apenas o mínimo necessário para reprodução da força de trabalho. As horas não pagas de trabalho realizado consistem no mais-valor². É lucro do capitalista a partir da extração do mais-valor que faz com que ciclo do capital reproduza de forma incessante. Assim, o trabalhador na medida em que não se reconhece nos frutos do seu trabalho torna-se alienado. Cabe a ideologia do capital, manter o processo de alienação, motor de todo processo de acumulação.

O Estado garante todos os mecanismos de manutenção deste sistema, alicerçando os aparelhos ideológicos e o poder coercitivo que sustentam a estrutura e superestrutura do capitalismo. O Estado passa a ser defensor e refém do capital, devendo socializar custos e canalizar a riqueza social para mão dos capitalistas. Marx vai preocupar-se também com as mediações do capital (família, religião, propriedade privada, dentre outras) e o seu papel para construção de uma sociedade em favor deste sistema sociometabólico.

Toda metanarrativa desenvolvida por Marx para analisar o sistema do capital e a luta de classes estava fundamentada numa teoria e método. Coube a Marx estudar toda economia política existente, analisar todo o acúmulo de conhecimento social ao qual tinha acesso na história, antropologia, filosofia, literatura, até mesmo na matemática, química, dentre outros conhecimentos científicos. Desta forma, Marx rompe com toda dialética especulativa para desenvolver um novo método, a partir de uma dialética histórica.

² No ano de 2011, a editora Boitempo lançou uma nova tradução do livro O Capital de Karl Marx. Esta nova versão traduzida diretamente do alemão por Rubens Enderle altera a leitura da palavra *Mehrwert* que passa a ser transcrita como “mais-valor” ao invés de “mais-valia”. Para o desenvolvimento deste estudo, assumiu-se a tradução “mais-valor” por expressar de forma mais assertiva a ideia de Marx de que o trabalhador produz um valor a mais que é apropriado pelo capitalista. Todavia, a denominação “mais-valia” possui ampla difusão na literatura, principalmente de cunho marxista, e aparece também no decorrer do texto em citações de outros autores, conservando assim as traduções anteriores sem que haja prejuízo na essência do debate.

Apesar de não haver em Marx uma preocupação de formular uma grande explanação sobre o seu método de análise, fica nítido em toda sua obra que o materialismo histórico dialético permeou toda sua análise, a construção do método se faz a partir da construção da sua teoria. Para tanto, a dialética, enquanto método científico, também é constituído por leis, sendo elas: a) lei da mudança dialética; b) lei da ação recíproca: encadeamento de processos; c) lei da contradição e d) lei da mudança dialética.³

As leis da dialética, diferente da ciência positivista, não podem ser aplicadas de forma linear ou “matemática”, é imperativo analisar a realidade em seu movimento espiralado. Observar ainda o movimento de ir e vir da história, atentando-se para os acúmulos históricos. Assim, a contradição se estabelece não como antinomia, mas como unidade no movimento de superação. Afirmção, negação e negação da negação é a própria dinâmica histórica, onde o desencadeamento dos processos mostra que nada muda ao passo que tudo muda. Na análise do sistema do capital é preciso analisar a unidade das contradições em seus pares dialéticos: contradição principal e contradição secundária, geral e particular; forma e conteúdo; causa e efeito; essência e aparência; qualidade e quantidade; novo e velho. Pela dialética, cada coisa existe em si, da mesma forma que existe em seu contrário, sua negação é também sua afirmação.⁴

Desta forma, Marx não só desenvolve toda uma investigação teórica sobre o funcionamento do capital, como também constrói um importante método científico para análise das ciências humanas e sociais. Fazer Geografia no âmbito do materialismo histórico dialético não significa querer ver em Marx um geógrafo, mas observar o objeto de estudo desta ciência, bem como suas categorias de análise, a luz da teoria e método desenvolvidos por Marx. Pondera Quaini

Não podemos, portanto, pretender fechar, aprisionar o pensamento de Marx nesta categorias estreitas (economia, sociologia, geografia, antropologia, etc.), nem por outro lado podemos identifica-lo com o que hoje se chama concepção interdisciplinar, enquanto esta consiste somente em um método de pesquisa que procura corrigir os inconvenientes da divisão parcelar do trabalho científico com o recurso

³ Sistematização realizada pela Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição durante o curso “O método do materialismo histórico dialético” realizado entre os dias 29 a 30 de maio de 2013, no Laboratório de Estudos Agrários alocado no Núcleo de Pós Graduação em Geografia da UFS.

⁴ Ibidem.

à formação de *equipes* de estudiosos de diversas especializações, mas talvez com o que poderíamos definir de concepção da *adisciplinaridade* enquanto perspectiva de uma ciência do homem modelada não mais sobre divisões disciplinares artificiosas e autoritárias mas somente sobre os problemas das sociedades humanas. (1974, 50)

Por meio do entrelaçamento entre Geografia e o método criado por Marx é possível observar como o capital atua espacialmente, sua dinâmica de desenvolvimento desigual e combinada, impondo a universalização do valor sob a forma do trabalho abstrato (SMITH, 1988; DUTRA JR & CONCEIÇÃO, 2010). O processo histórico do capitalismo vai produzir o espaço para a formação de redes e também para transformação e integração de espaços absolutos em espaços relativos. (SMITH, 1988).

A produção capitalista do espaço seguirá para SMITH (1988) duas lógicas contraditórias: a tendência à diferenciação e a tendência a igualização. São duas faces do mesmo processo, onde a primeira expressa a base das condições naturais em que pesam os fatores ambientais e de localização geográfica, mas que possui expressão mais forte na tendência a diferenciação a partir da divisão do capital (divisão em departamentos) e da divisão do trabalho (sexual, social e territorial). A tendência a igualização segue sua lógica universalizante das condições de produção. Em resumo, *“De um lado, o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços distintos, em diferentes escalas.”* (SMITH, 1988, 169). Mais próximo do nosso objeto de estudo, estas duas tendências são a síntese dialética da superação do capital na busca de novos espaços de acumulação.

Na medida em que a trama do capital é descortinada, a categoria geográfica espaço ganha outro significado, abrangendo relações mais complexas e contradições que para ser explicadas se faz necessário o outro de outras categorias.

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social.

Desta forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são

controlados por quem domina o fluxo de capitais. (CONCEIÇÃO, 2005, 169).

O capital se move no campo monopolizando toda produção existente, subordinando as relações de trabalho ou ainda sendo detentor de grandes áreas de terra e privatizando o uso da água, estabelecendo o conflito direto com camponeses, meeiros, posseiros, indígenas, extrativistas, pequenos produtores, dentre outros sujeitos do campo. Neste sentido, esta pesquisa se lançou, a partir do uso do materialismo histórico dialético, na necessidade de revelar os processos e contradições do sistema do capital no avanço do capital financeiro no campo, sobretudo no Território do Alto Sertão Sergipano/TASS, onde foram realizadas as pesquisas de campo e o estudo empírico. O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Alexandrina Luz Conceição, com apoio financeiro da CAPES e de acordo com as atividades do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-GPECT.

Uma vez definido o método de análise, foi imperativo colocar os procedimentos metodológicos de pesquisa e a metodologia em função do materialismo histórico dialético com a finalidade de ter instrumentos seguros que revelassem dados, questionamentos e conclusões relacionados ao objeto em estudo. Desta forma, este estudo foi desenvolvido por meio de: a) atividades de orientação; b) revisão bibliográfica, interlocução, observação, pesquisa em arquivos e bibliotecas, leituras e resenhas; c) levantamento de dados estatísticos e construção de gráficos e tabelas; d) visitas aos órgãos públicos e instituições financeiras; e) levantamento empírico.

IATO - A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Apesar de não ter vivenciado o processo de financeirização da economia, Marx discorria sobre a existência de um capital fictício existente no sistema de crédito e apontou tendências deste capital que são fundamentais para a análise da atual dinâmica do capital financeiro.

1.1 – O Capital fictício em Marx

“Não é minha culpa que a realidade é marxista”
Che Guevara

Marx (1988b) parte do questionamento de até que ponto o limite da acumulação monetária expressa uma acumulação real de capital - uma reprodução em escala ampliada - e analisa se a carência de capital de empréstimo representa uma escassez de capital real (capital-mercadoria e capital-produtivo). Ao longo de sua investigação sobre o capital, Marx observa que a acumulação monetária e da riqueza monetária implicam na acumulação de direitos de propriedade sobre o trabalho da mesma forma que os credores da dívida pública do Estado retiram para si parte do montante do imposto arrecadado.

Esta distorção do sistema de crédito, afirma Marx, gerou uma classe de credores do Estado, detentores de títulos da dívida de um capital *“originalmente emprestado e há muito despendido”* (MARX, 1988b, 13). Do ponto de vista de capitais individuais, estas *“duplicatas de papel de capital extintos”* (MARX, 1988b, 13) podem representar um capital, na medida em que representam mercadorias que podem ser vendidas. Para tanto, Marx conclui que

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas, etc. são de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto, não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel de capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não mudam ao todo de mãos pelo fato destas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também

porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. (1988b, 13)

Neste sentido, os títulos estatais, ações e títulos de todas as espécies aparecem como capital emprestável com a finalidade de ser capital portador de juros. Tanto na indústria como no comércio, o crédito participa diretamente do processo de reprodução do capital. Todavia, os comerciantes ou industriais necessitam não de ações ou títulos para o funcionamento de seus negócios, mas de dinheiro (MARX, 1988b).

Marx passa a orientar sua investigação para a acumulação do capital de empréstimo e a atuação desse capital monetário emprestável. Neste caminho, o crédito comercial surge como base para o entendimento do sistema de crédito, sendo a letra de câmbio sua representante. A letra de câmbio é um “*certificado de dívida com prazo determinado de vencimento*” (MARX, 1988b, 14). A quitação desta dívida depende do refluxo do capital, ou seja, mercadoria torna-se dinheiro (M-D).

O comerciante só pode liquidar o débito se o seu produto for vendido, ele necessita da fluidez da reprodução nos processos de produção e de consumo. O pagamento da dívida nesse sistema de crédito pode ser realizado em espécie, da mesma forma que outras despesas como salários ou impostos. Isto não exclui a possibilidade de que “*por exemplo, que B, que recebeu uma letra C em lugar do pagamento, tenha, antes que essa letra vença, de pagar a D uma letra vencida, e para isso precisa de dinheiro em espécie*” (MARX, 1988b, 15).

Assim, o ciclo do sistema de crédito está sempre passível de interrupções. Afirma Marx que “*Os limites desse comercial, considerado em si, são 1) riqueza dos industriais e comerciantes, isto é, sua disponibilidade de capital de reserva, no caso de retardo dos refluxos; 2) esses próprios refluxos.*” (MARX, 1988b, 15).

Marx observa que o desenvolvimento da força produtiva e consequentemente da produção em larga escala age de forma que “*1) os mercados se expandem e se afastam do local de produção, 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se e, portanto 3) o elemento especulativo deve dominar cada vez mais as transações.*” (1988b, 15). Os capitais emprestados são capital mercadoria, que mudam de possuidor e participam em parte do processo de produção, devendo ser pago seu equivalente até o final do prazo estipulado.

O que conseqüentemente é aqui emprestado nunca é capital desocupado, mas capital que nas mãos de seu possuidor tem de mudar sua forma, que existe numa forma em que para ele é simples capital-mercadoria, isto é, capital que tem de ser retransformado e especificamente, ao menos de início, convertido em dinheiro. É portanto, a metamorfose da mercadoria que aqui é mediada pelo crédito; não apenas M-D, mas também D-M e o processo real de produção. Muito crédito dentro do ciclo reprodutivo – abstraindo-se do crédito do banqueiro – não significa muito capital desocupado, que é oferecido para empréstimo e procura investimento lucrativo, mas: grande ocupação de capital no processo de reprodução. (MARX, 1988b, 16)

O sistema de crédito num primeiro momento atua como capital-mercadoria que precisa mudar de forma (dinheiro – mercadoria, mercadoria – dinheiro) para dar movimento e fluidez ao capital no processo produtivo (MARX, 1988b). O desenvolvimento da produção faz com que o crédito se amplie e possibilite a expansão da indústria e relações mercantis.

Em resumo, o sistema de crédito atua 1) no financiamento da produção; 2) na apropriação da mais-valia gerada no setor produtivo; 3) aumenta a produção excedente e 4) possibilita maior velocidade no ciclo de reprodução do capital (CARCANHOLO E SABADINI, 2009).

Para tanto, quando ocorre uma dificuldade ou perturbação no processo de reprodução, o crédito também é prejudicado, tornando-se escasso. Marx (1988b) afirma que o crédito se contrai quando 1) o capital fica estagnado numa determinada fase da reprodução; 2) quando não há confiança na fluidez do processo de produção do capital; e 3) quando a busca por crédito comercial diminui, como no caso de um grande estoque de matéria-prima por parte de um industrial, não havendo a necessidade de contrair crédito para realizar nova compra.

Marx se contrapõe a tese de que a crise na reprodução do capital seja fruto de uma falta de capital produtivo.

Na própria crise, quando todos têm de vender e não podem vender e ainda assim são obrigados a vender para pagar, a massa, não de capital desocupado, à procura de aplicação, mas do capital travado no processo de reprodução, é justamente então a maior, quando também é maior a escassez de crédito (e, por isso, a taxa de desconto, no crédito do banqueiro, está no máximo). O capital já desembolsado está então de fato desocupado em massa, porque o processo de reprodução está paralisado. (...) Exatamente tem lugar excesso de capital produtivo, em parte com relação à escala normal, mas momentaneamente contraída,

da reprodução, em parte com relação ao consumo paralisado. (MARX, 1988b, 17)

Este erro é constantemente resgatado e reafirmado principalmente em períodos eleitorais no Brasil e em outros países que adotam com mais veemência o discurso do neoliberalismo. Grande parte dos candidatos aponta a ampliação da oferta de crédito como solução para crise econômica ou como uma das vias para o desenvolvimento quando, no entanto, é a própria falha sociometabólica do processo de reprodução ampliada do capital que está na essência do problema.

Estas crises se agravam devido à própria necessidade de expansão do capital e a consequente expansão do sistema de crédito num ciclo muito mais amplo em tempo e espaço, bem como a acumulação de capital que deve estar em ritmo crescente. Afinal, o dinheiro só é capital, para Marx, quando está em constante acumulação. O sistema de crédito que num primeiro momento depende do excedente disponível, sobretudo, no setor industrial, passa a se multiplicar artificialmente. Marx (1988b) chega a esta conclusão ao verificar que no Banco da Inglaterra em 1857, a massa de capital monetário emprestável crescia de forma independente da acumulação real, diferindo por sua vez da massa de capital em circulação. Este é entendido pelo autor como o somatório de todas as notas de banco e de todo dinheiro metálico, incluindo os metais preciosos existentes e em circulação num determinado país. Neste contexto,

A categoria de capital fictício é um fato implícito quando o crédito é ampliado previamente, em antecipação ao trabalho futuro como um contravalor. Isso permite um deslocamento suave do capital circulante superacumulado para formação de capital fixo – um processo que, em curto prazo, pode disfarçar inteiramente as aparências das crises. Mas a criação de valores fictícios antes da produção e realização real da mercadoria é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última palavra da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. A lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores reais se amplia. É montado o palco dos sistemas de crédito. (HARVEY, 2013, 352-353)

A valorização do capital emprestável fora do mais-valor extraído da exploração da força de trabalho e do valor-excedente de formas de produção não salariais é chamada por Marx de **capital fictício**.

(...) o capital produtor de juros aparece como forma histórica antes do capital industrial e ao lado deste continua a existir em sua forma antiga, e (que) o capital industrial, só no curso de seu desenvolvimento, o subsume à produção capitalista, convertendo-o em forma especial de si mesmo. (MARX *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 293)

Para Marx, a análise da dívida pública do Estado é fundamental para se entender o funcionamento do capital fictício. Uma vez que o Estado lança os títulos de sua dívida no mercado, ele passa a usufruir de um capital já aplicado e que na realidade não mais existe. Este título, como dito anteriormente, do ponto de vista de capitais individuais serve como capital mercadoria na medida em que pode ser negociado e passado para outro proprietário, fazendo com que este tenha direito sobre uma parcela dos impostos e taxas arrecadados. Em relação ao capital global, o somatório destes títulos não pode ser retirado como se fosse um empréstimo, pois representa um valor que na verdade não existe. Esta assertiva fica bem clara quando afirma Marx

Mas, em todos esses casos, o capital — considera-se rebento (juro) dele o pagamento feito pelo Estado — permanece ilusório, fictício. A soma emprestada ao Estado não existe mais. (...) Não obstante, conforme logo veremos, esse capital fictício possui movimento próprio. (MARX *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 295)

Harvey vai afirmar que

"Este capital (o capital fictício) é definido como capital que tem um valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens ou serviços que possam ser vendidos com lucro)." (HARVEY *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 297).

Gemer (1994) aponta para a necessidade de buscar em Marx a leitura do capital fictício, analisando a relação estabelecida entre os fenômenos monetários e o processo de produção de valor.

O conceito de capital fictício, proposto por Marx, diz respeito a um dos aspectos mais destacados da economia capitalista, que é a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros. Apesar disso, porém, se o lugar do dinheiro e do crédito na teoria de Marx é um

item ainda reconhecidamente subestimado na literatura marxista, o conceito de capital fictício está virtualmente ausente, salvo contadas exceções. (1994,193)

Gemer afirma ainda que

O que é significativo no conceito de capital fictício é que, ao ser emprestado, o dinheiro concentrado nos bancos se duplica em dinheiro e em títulos que representam direitos sobre dinheiro. Assim, por exemplo, se o banco concede um empréstimo a um capitalista industrial, o valor emprestado, que se encontrava no cofre do banco como valor singular, transforma-se em dois; por um lado, o dinheiro em espécie, que passa para as mãos do capitalista, para funcionar como capital monetário propriamente dito na aquisição de meios de produção; e, por outro, o título de direito sobre o mesmo valor em dinheiro, que permanece nas mãos do banco. Assim, um único valor monetário transformou-se aparentemente em dois valores, o que obviamente é impossível, pois só um deles, o dinheiro, é que constitui valor real." O mesmo ocorre quando o banco subscreve novas ações emitidas por uma empresa ou adquire títulos públicos. Os títulos assim gerados nas operações de crédito, que ficam em poder dos credores, é que Marx denominou "capital fictício ou ilusório". (1994, 194)

O capital fictício tenta dissimular sua própria existência, de forma que uma mesma riqueza possa ser contada várias vezes. Sob a forma de capital fictício, o capital busca uma forma de valorização fora de seu ciclo real.

Vale ressaltar que o capital fictício possui existência real na medida em que interfere “*na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação*” (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 295), sendo que “*O capital fictício tem movimento próprio. Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é.*” (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 296).

Carcanholo e Sabatini (1985) identificam duas formas de capital fictício, o tipo I quando é capaz de duplicar sua riqueza real e o tipo II quando o valor é capaz de multiplicar-se várias vezes e para além do valor real do patrimônio. Para tanto, a existência do capital fictício possibilita a existência de uma propriedade capitalista fora da esfera produtiva. Torna-se cada vez mais intrínseca a relação entre capital bancário e capital industrial. Hilferding (1985) analisa assim a função intermediadora dos bancos e das bolsas, investigando também o papel dos mercados bolsistas na liquefação da riqueza privada por meio da especulação. Neste sentido,

Se antes a propriedade surgia essencialmente da acumulação do lucro, agora a criação do capital fictício propicia a possibilidade do lucro de fundação. Com isso, o lucro é conduzido, na sua maior parte, às mãos de grandes potências monetárias concentradas, potências que são as únicas capazes de dar ao capital industrial a forma de capital fictício. Mas esse lucro não lhe aflui como os dividendos de acionista em forma de renda anual e fracionada, mas sim capitalizados como lucro de fundação, como uma grande quantia relativa e absoluta, que pode atuar imediatamente como novo capital em forma de dinheiro. Dessa maneira, cada nova empresa paga de antemão um tributo a seus fundadores que nada fizeram por ela que não precisam jamais ter alguma coisa haver com ela. Trata-se de um processo que concentra de novo grandes quantias de dinheiro nas mãos das grandes potências financeiras. (HILFERDING, 1985, 145)

O capital fictício atua de forma diferenciada do capital portador de juros, constituindo assim um processo distinto de valorização. Enquanto o capital a juros está limitado pelo volume disponível excedente, o capital fictício pode crescer acima destes limites.

[...] As formas — o capital comercial e o capital gerador de juros — são mais antigas que a oriunda da produção capitalista, o capital industrial, a forma fundamental das relações de capital regentes da sociedade burguesa e com referência à qual as outras formas se revelam derivadas ou secundárias (...) E é por isso que o capital industrial, no processo do seu nascimento, tem primeiro de subjugar aquelas formas e convertê-las em funções derivadas ou especiais de si mesmo. Encontra, ao formar-se e ao nascer, aquelas formas mais antigas. (...) Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo dominante de produção, o capital produtor de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação. Ambos têm de ser antes destruídos como formas autônomas e antes submetidos ao capital industrial. Emprega-se a força (o Estado) contra o capital produtor de juros, reduzindo-se pela coerção a taxa de juros (...) Mas este é um estilo que pertence aos estádios menos desenvolvidos da produção capitalista. O verdadeiro meio do capital industrial para subjugar o capital produtor de juros é a criação (...) do sistema de crédito. (MARX *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 293).

Vale notar que ao longo de seu ciclo (D – M ... (p), ... D' – M') o capital metamorfoseia-se em suas diferentes formas funcionais: capital dinheiro (D), capital produtivo (p) e capital mercadoria (M'), podendo ser chamado assim de capital industrial. Com a divisão social e territorial do trabalho entre os capitalistas, estas formas funcionais se autonomizam. Com a autonomia de qualquer uma destas formas funcionais há uma

mudança na sua natureza qualitativa e quantitativa de operação, convertendo assim o capital-mercadoria em capital comercial; o capital--dinheiro em capital a juros; e o capital-produtivo em capital produtivo. Esta abstração possibilitou a Marx entender que o capital portador de juros e o capital de lucro são o mesmo capital dividido entre dois capitalistas diferentes, um que está fora do processo, mas atua como proprietário do capital em si e o outro que atua diretamente no processo de produção (HILFERDING, 1985; GEMER, 1994; HARVEY, 2013; CARCANHOLO E NAKATANI, 1999).

Explicam Carcanholo e Nakatani (1999) que dentre as três formas funcionais do capital, somente no setor produtivo é possível se produzir mais-valor, cabendo assim a repartição desta riqueza dentre outras duas formas. É a divisão entre os capitalistas das tarefas necessárias para a reprodução ampliada do capital que possibilita que um lucro exorbitante seja obtido em relação ao lucro desempenhado por apenas uma empresa. Neste ponto,

Apesar de o capital a juros (também o capital comercial) apropriar-se de parte da mais-valia sem produzi-la, ele não é parasitário, uma vez que contribui para que o capital produtivo o faça. Permite até que o capital, em seu conjunto, seja mais eficiente. O capital a juros se subordina à lógica do capital industrial. Durante determinado estágio de desenvolvimento do capital, o capital produtivo é o dominante, subordinando à sua lógica tanto o capital a juros como o capital comercial. Esse é o estágio da existência e do predomínio do capital industrial, no qual o polo dominante é o capital produtivo. (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 239)

Neste mesmo artigo, Carcanholo e Nakatani (1999) afirmam que o capital fictício - denominado pelos autores como capital especulativo parasitário - não ocupa nenhuma função para o capital industrial, todavia contamina e passa a dominar toda a lógica produtiva. Os autores sustentam a tese de que

(o capital fictício) É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza, assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não-compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização. Ele conduz, ou pretende conduzir, a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 301).

David Harvey (2013) afirma que a criação do capital fictício - que possui um caráter em parte acidental - se converte em uma necessidade quando analisado em relação aos processos de circulação do capital que rende juros e do capital fixo. A partir do questionamento de Marx de que “*se não ocorre uma acumulação real, isto é, a expansão da produção e o aumento dos meios de produção, que proveito viria da acumulação das reivindicações do dinheiro do devedor [...] a produção?*” (MARX apud HARVEY, 2013, 356), Harvey conclui que “*Se o capital investisse todo dinheiro na apropriação e nenhum na produção real, então o capitalismo não serviria mais para este mundo*” (HARVEY, 2013, 356).

Para Harvey,

Quando exploramos, passo a passo, o processo de acumulação e suas contradições, descobrimos que o capital fictício está contido no próprio conceito do capital. A formação e circulação de capital fixo são necessárias para a acumulação. A barreira que o capital fixo cria para a acumulação futura só pode ser superada por meio do sistema de crédito em geral e pela criação de formas fictícias do capital em particular. Permitindo que o capital fictício floresça, o sistema de crédito pode suportar a transformação da circulação em capital fixo e enfrentar as crescentes pressões que surgem à medida que cada vez mais capital social total na sociedade começa a circular de forma fixa. O capital fictício é tão necessário para a acumulação quanto o próprio capital fixo. (2013, 356-357)

No cerne deste debate se encontra a análise de como se processa a acumulação de capital em suas formas funcionais, automatizadas, fictícias e financeirizada.

A partir de diferentes interpretações da leitura de Marx busca-se entender qual a participação do capital fictício e financeiro na economia real. Para o desenvolvimento deste estudo, assumiremos o entendimento de que as distorções provocadas pelo sistema de crédito, bem como a perda da capacidade do dinheiro de representar uma medida real do valor, obriga ao capital buscar formas sempre mais sólidas para sua reprodução (HARVEY, 2013), mas sem abandonar suas formas especulativas.

1.2 – Capital financeiro: teoria e movimento

*Tá rebocado meu compadre
Como os donos do mundo piraram
Eles já são carrascos e vítimas
Do próprio mecanismo que criaram*

As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor, Raul
Seixas

Em 1910, a publicação do austríaco Rudolf Hilferding intitulada *Das Finanzkapital* (O Capital Financeiro) é uma das primeiras obras e até hoje uma das principais contribuições na análise do capital financeiro e seu processo de valorização e acumulação. Hilferding (1985) vai investigar o que ele chama de características mais marcantes do capitalismo “moderno” que é o processo de concentração de capitais por meio das formações dos cartéis e trustes, e a relação entre capital bancário e capital industrial.

Hilferding (1985) vai observar que as transformações do sistema de crédito vão promover alterações profundas no processo de acumulação de capital. Nesta direção, Hilferding (1985) retoma a investigação de Marx sobre o dinheiro, mas com a preocupação de analisar qual a sua participação no sistema de crédito.

A partir da análise da mercadoria, Marx (2013) vai observar que o dinheiro cumpre no atual estágio do capital o papel de equivalente geral ou medida de valor. Para Marx (2013), a mercadoria carrega em si valor de uso, sendo um objeto que deve existir para satisfazer uma necessidade humana qualquer, constituindo assim uma qualidade da mercadoria. Cada mercadoria vai possuir uma qualidade diferenciada que se igualam somente quando aparece outra característica da mercadoria: o valor. Todas as mercadorias, enquanto fruto do trabalho humano acumulado, são valores ou valores de mercadoria (MARX, 2013). Deste duplo caráter da mercadoria abstrai-se o seu valor de troca, enquanto manifestação do valor, da força de trabalho social média gasta - tempo de trabalho socialmente necessário - para produção de uma mercadoria. Marx conclui que o valor de troca não é algo inerente a mercadoria, não está em sua natureza, mas que aparece somente no âmbito das relações sociais.

Seguindo a necessidade dos possuidores de mercadorias, em que as mesmas só podem se confrontar umas com as outras como valor, este passa ser equalizado por meio

de um equivalente universal. Este processo não é natural, mas cunhado no processo de desenvolvimento das relações sociais de produção. Por meio da ação jurídica (e violenta) do Estado e dos detentores de mercadorias, a mercadoria é convertida por um equivalente social válido. (MARX, 2013)

O cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento histórico da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente esse oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria ou dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro. (MARX, 2013, 161-162).

O produto do trabalho humano passa a ser representado no caráter de valor de troca da mercadoria como quantidades diferenciadas de dinheiro. Assim, o dinheiro deixa de ter valor em si, como era o caso do ouro e da prata, para desempenhar o papel de meios de circulação, medidor de trocas. Em sua investigação, Marx (2013) ressalta que este papel do dinheiro pode se alterar na medida em que se considera não somente a processo imediato da circulação de mercadorias, mas quando que se observa as diferentes condições para a alienação de mercadorias. O dinheiro passa a atuar como **meio de pagamento** uma vez que “*um vendedor de mercadorias pode surgir como vendedor antes que outro se apresente como comprador*” (MARX, 2013, 208). Neste sentido, “*A função do dinheiro como meio de pagamento pressupõe, portanto, o acordo recíproco em adiar o pagamento*” (HILFERDING, 1985, 66).

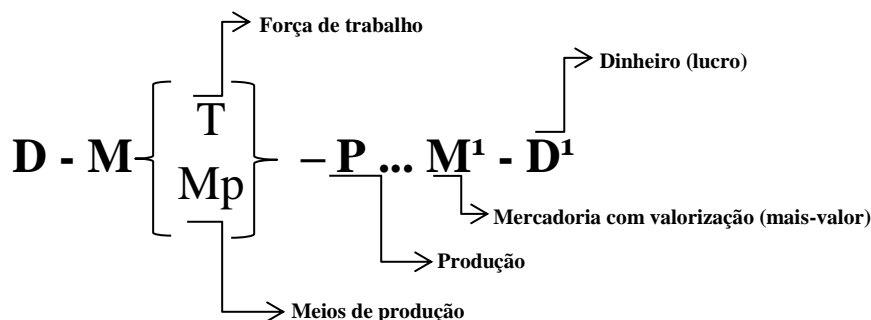
Afirma Marx (1988a) que como meio de pagamento, o dinheiro entra na circulação quando a mercadoria já não se encontra mais, logo, o dinheiro deixa de ser o mediador do processo para concluir e realizar a mercadoria como valor de troca. O importante é que por meio da circulação das mercadorias, este dinheiro represente um investimento maior do que o capitalista – detentor das mercadorias - fez inicialmente. Um objeto passa por um processo de valorização no processo de produção uma vez que lhe foi acrescido trabalho social médio, produzindo assim uma mercadoria. O detentor da força de trabalho é alienado em relação a mercadoria, recebendo somente uma parte (capital variável) do que o capitalista obteve com a venda da mercadoria produzida. A

transformação do dinheiro em capital consiste na retirada de mais-valor, daquilo que o capitalista retira a mais do que foi investido no processo de produção.

A extração de mais-valor como forma de valorização da mercadoria torna-se mistificada na medida em que se credita a esfera da circulação a capacidade de gerar lucros, de forma que o espírito empreendedor do capitalista seria capaz de transformar dinheiro em mais dinheiro.

No processo de circulação surge ao lado do tempo de trabalho o tempo de circulação como fator que limita a massa de mais-valia realizável em determinado intervalo de tempo. Ainda outros momentos, originários da circulação, intervêm decisivamente no processo de produção direto. Ambos, o processo de produção direto e o processo de circulação, se entrecruzam e interpenetram constantemente e, assim, falsificam constantemente os marcos característicos que o distinguem. A produção de mais-valia, bem como a do de modo geral, ganha, como mostrado anteriormente, novas determinações do processo de circulação; o capital percorre o círculo de suas transformações; por fim, ele passa, por assim dizer de sua vida orgânica interior para relações vitais exteriores, para relações nas quais se defrontam não capital e trabalho, mas por um lado, capital e capital e, por outro, os indivíduos novamente como comprador e vendedor; tempo de circulação e tempo de trabalho se entrecruzam em seu curso e, assim, ambos parecem determinar por igual a mais-valia; a forma original, em que capital e trabalho assalariado se defrontam, é disfarçada pela intromissão de relações aparentemente independentes dela; a própria mais-valia não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente de preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente se apresenta como o seu verdadeiro valor (*valoeur intrinsèque*), de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias acima do seu valor imanente. (MARX, 1988a, 33)

No processo de circulação ocorre somente a conversão da mercadoria em seu equivalente universal D-M e M-D. A valorização do capital ocorre somente porque há formação de mais-valor:



Fonte: Adaptação do esquema de Marx, 2013; Harvey, 2013; Hilferding, 1985.

Dinheiro ao final do processo é capital na medida em que ele deve retornar ao ciclo como investimento na esfera produtiva. Nesta primeira fase do investimento, o dinheiro deve ser utilizado para comprar força de trabalho e meios de produção. O capitalista apenas adianta o seu dinheiro para que o mesmo retorne com lucro ao final da circulação, pressupondo um período normal em que não há empecilho para o funcionamento do ciclo do capital (MARX, 2013; HILFERDING, 1985). Afirma Hilferding (1985) que esta é a base para o desenvolvimento do crédito de produção, o dinheiro só é emprestado ao capitalista que pode pagá-lo com o fim da produção e a venda de mercadorias.

Como já dito anteriormente no estudo sobre o capital fictício, o crédito surge da circulação. O dinheiro que deixa de atuar como meio de circulação para ser meio de pagamento. Desta forma, o tempo de rotação do capital vai influenciar na massa de capital monetário, sendo imperativo para que o mais-valor possa reconverte-se e acumular como capital. Este período de rotação fará com que o capital monetário investido fique ocioso, o que o deixa impossibilitado de produzir qualquer tipo de lucro. (MARX, 1985b)

Hilferding (1985) vai diferenciar dois tipos de crédito: **crédito de capital** que vai passar um montante de dinheiro do proprietário que não pode utilizá-lo para outro capitalista que possa emprega-lo como capital monetário ativo – capital produtor e **crédito de circulação** que vai exercer o papel de moeda fiduciária, adiantando a transformação do capital em mercadoria para a forma monetária. Com o desenvolvimento da produção capitalista, os bancos passam a monopolizar o crédito, deixam de ser a instituição gestora do dinheiro entesourado dos fazendeiros, comerciantes, capitalistas, dentre outros, para atuar como investidor do processo produtivo.

O banco atua primeiramente como mediador da circulação de pagamentos que ele amplia pela concentração dos pagamentos e pela eliminação das discrepâncias regionais; vimos a seguir que ele cuida da transformação do capital monetário ocioso em ativo, capital que o banco recebeu, concentrou e distribuiu, reduzindo, assim, ao respectivo mínimo necessário para a rotação do capital social. Veremos agora que o banco assume uma terceira função, de juntar as entradas em dinheiro de todas as outras classes e de colocar a disposição à disposição da classe capitalista sob a forma de capital monetário. Dessa forma, afluem aos capitalistas, além do seu próprio capital monetário (que os bancos administram) também o dinheiro ocioso de todas as outras classes, visando seu emprego produtivo. (HILFERDING, 1985, 93)

Marx afirma que “*o banco é o eixo do sistema de crédito*” (MARX apud HARVEY, 2013, 369). A principal estratégia dos bancos para garantir esta concentração do capital ocioso que se encontra com seus proprietários é a concessão de juros aos depósitos e a criação de filiais, ampliando assim o raio de atuação e recolhimento dos impostos. Assim,

A situação é outra quando o banco passa a colocar à disposição do industrial o capital de produção. Seu interesse então não se limita mais às condições momentâneas da indústria e à situação momentânea do mercado, mas passa a interessar muito mais destino subsequente da empresa e a configuração futura do mercado. O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto maior e tanto mais permanente será esse interesse. (HILFERDING, 1985, 97)

O banco vai garantir a confiabilidade do sistema de circulação de dinheiro e capital monetário. A confiabilidade e credibilidade pessoal entre capitalistas individuais dá lugar a um complexo sistema de crédito, cabendo ao banco monitorar a saúde financeira das empresas e do mercado, analisar quais as letras de câmbio possuem lastro real ou representam um negócio arriscado (HARVEY, 2013). O crescimento da importância dos bancos em detrimento do setor produtivo, principalmente o industrial, se deve ao fato do primeiro concentrar grandes massas de capital monetário. O dinheiro emprestado deve transformar-se em capital produtivo para que haja produção de lucro. Ao final do ciclo produtivo, uma parte o lucro deve retornar para o capitalista prestamista sob a forma de juros de empréstimo e a outra para o capitalista produtor (HILFERDING, 2013).

Do dinheiro utilizado como meio de circulação ao retorno deste investimento com lucro, Marx (1988a) descreve esta relação da seguinte forma:

$$D - D - M - D' - D'$$

A primeira parte que aparece duplicada se encontra o dinheiro transferido do seu possuidor para um capitalista ($D - D$), para ser investido na produção. Este dinheiro, na medida em que aparece disponível no mercado através do sistema de crédito para ser “consumido” assume o papel de mercadoria, um capital-mercadoria. Marx argumenta que é capital-mercadoria “*porque sua função de mercadoria é um momento do seu processo de reprodução como capital*” (1988a, 244). Aparece duplicada também o retorno financeiro do investimento, valorizado por meio da realização do mais-valor ($D' - D'$). Enquanto um D' representa o lucro do capitalista que atua diretamente na produção, o outro D' representa $D + \Delta D$, de forma que ΔD representa uma parte do lucro que são os juros do empréstimo do dinheiro como capital. (MARX, 1988a)

Assim “*é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalista industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria de juro; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros*” (MARX, 1988a, 263).

Como observa Hilferding (1985), os juros não são uma parte fixa ou previamente determinada do lucro, mas sim algo acidental no processo de desenvolvimento capitalista, da separação apontada acima por Marx. O juro depende então das condições de oferta no mercado de capitais, de forma que

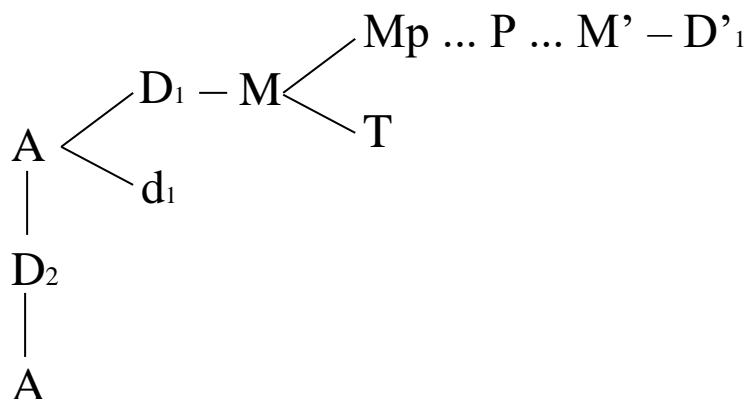
uma alteração da taxa de juros ocorrerá apenas quando a variação da demanda de capital monetário for mais forte do que a variação da oferta; haverá, pois um aumento da taxa de juros só quando a procura de capital monetário crescer mais rapidamente do que o aumento da moeda fiduciária. (HILFERDING, 1985, 103)

Entendido todo o movimento do capital em torno do desenvolvimento do sistema de crédito, Hilferding (1985) também vai analisar também na transformação do capitalismo industrial em capitalismo monetário, observando o surgimento das sociedades anônimas e a sua atuação no mercado de ações. As sociedades anônimas vão

ser criadas para liberar o capitalista industrial da função de empresário industrial. Desta forma, o capital investido na sociedade anônima passa a funcionar como capital monetário, ou seja, deixa de ser um investidor diretamente produtivo, para ser credor do processo de produção, buscando ao final o lucro do seu investimento sob a forma de juros. Esse é justamente o papel do acionista, ter direito a parte do lucro produzido da empresa diante da compra dos direitos de parte da empresa. Afirma Hilferding

A sociedade é anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito a voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho do seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia de outro capitalista em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário. Para exercer o controle da sociedade anônima é necessário, pois, ser proprietário da metade apenas do capital e não totalidade como acontece na empresa individual. Isso duplica o poder dos grandes capitalistas. Um capitalista que transforma sua empresa individual (desconsiderando o crédito) em uma sociedade anônima, só necessita da metade do seu capital para exercer o completo controle da empresa. O poder de controle sobre o capital alheio é, todavia, da maior importância, e o domínio da empresa, independente de tudo mais, é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda do mercado de ações na bolsa. (1985, 121-122)

Na prática, Hilferding vai observar que o capital necessário para estabelecer o controle de uma empresa geralmente não passa de um $1/3$ ou $1/4$, às vezes menos, do total das suas ações, ficando o restante do capital disponível para o controle de outras empresas e facilitando a ação dos monopólios. Caso o acionista queira reaver o seu investimento inicial ele não pode reivindicar e desmembrar parte do patrimônio da empresa, mas deverá vender suas ações num mercado próprio para isso, o mercado de ações da Bolsa de Valores. A circulação das ações na Bolsa de Valores devem percorrer o seguinte caminho:



Fonte: Esquema de Hilferding, 1985, 116.

Uma vez que há emissão de ações (A), uma parte dos lucros vai corresponder ao lucro de fundador, que são os bancos emissores das ações (d_1), a outra parte (D_1) vai funcionar como capital produtivo, financiar a produção e valorizar-se por meio da adição de extração da força de trabalho. Ações que foram vendidas precisam de um investimento em dinheiro (D_2) para que possam voltar a circular na Bolsa de Valores ($A - D_2 - A$). (HILFERDING, 1985).

Desta forma, a dependência da indústria em relação aos bancos é consequência do capital investido na produção, oriundo cada vez menos do empresário industrial que faz sua aplicação no processo produtivo real da economia. Hilferding vai tecer assim a forma assumido pelo capital chamada de capital financeiro.

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. (...) Um parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais.

O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria. (1985, 219).

Grandes empresas vão requisitar um grande aporte de capital. Cabe ao Estado atuar como catalisar para reprodução do capital fictício, inflando e distorcendo o mercado de crédito. Pondera Hilferding

No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito seu movimento D-D', dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento do capital. Como capital monetário, é colocado à disposição dos capitalistas produtivos em ambas as formas de capital de empréstimo e capital fictício. Os bancos cuidam da mediação e tentam, ao mesmo tempo transformar em capital próprio uma porção cada vez maior, dando assim ao capital financeiro a forma de capital bancário. Esse capital bancário torna-se cada vez mais a mera forma – forma de capital dinheiro – do capital realmente ativo, isto é do capital industrial. (HILFERDING, 1985, 227)

Assim,

As políticas estatais, forjadas em resposta a existência do capital financeiro, fazem da exportação de capital, mais do que mercadoria, uma preocupação fundamental. As relações entre Estados (competições, proteção, dominação e dependência) transformaram as contradições internas do capitalismo em um desenvolvimento desigual e infestado de conflitos no cenário mundial. (HARVEY, 2013, 382)

Hilferding conclui ainda que os monopólios vão se estabelecer por meio da formação de cartéis e trustes com o objetivo de aumentar a taxa de lucro através do aumento dos preços quando há eliminação da concorrência.

Neste mesmo caminho e corroborando com as ideias de Hilferding, Lenin (2005) vai contribuir para o desenvolvimento do conceito e análise do capital financeiro. Ao analisar o imperialismo como uma fase de alteração do controle global do capital por meio de uma estrutura de monopólio e concentração da produção através de holdings, trustes e do novo papel dos bancos, Lenin vai afirmar que

O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes blocos monopolistas fundido com o capital de associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (2005, 89)

Hilferding compreende o capital financeiro como a junção do capital financeiro, comercial e bancário, associados para eliminação da livres mercados capitalistas individuais em detrimento do controle das grandes ações monopolistas. Esta associação se tornou possível por meio do poder do Estado.

Hilferding assume que o Estado se torna um agente do capital do financeiro e o que o capital financeiro opera como capital nacional no cenário mundial. (...) A ascensão do capital financeiro (em si um passo um passo necessário para perpetuar o capitalismo) requer a interferência do Estado que Marx imaginou. As políticas estatais, forjadas em resposta às exigências do capital financeiro, fazem da exportação de capital, mais que das mercadorias, uma preocupação fundamental. As relações entre Estado (competição, proteção, dominação e dependência) transformam as contradições internas do capitalismo em um desenvolvimento desigual e infestado de conflitos no cenário mundial. As contradições são agora expressas em termos de um desequilíbrio de forças entre os setores monopolistas, entre a oligarquia financeira e “o resto”, assim como entre os Estados-nação. Elas se originam nos processos básicos do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, 2013, 382)

Com o avanço tecnológico, o fluxo de capitais passa a operar virtualmente, o que possibilita maior fluidez no processo de reprodução e aumento dos lucros oriundos da especulação. Com o processo de mundialização, o crédito continua a atuar na economia real, mas deixa de ser proveniente de excedente de capital industrial e começa a operar fora da esfera produtiva.

Assim,

Hilferding ressalta a extrema importância do papel das sociedades anônimas – para ele representantes da paradoxal contradição inerente ao capital fictício, no desenvolvimento do capitalismo, pelos superlucros que produz no mercado de ações. Este movimento do capital, ao perder sua conexão com o processo real de valorização, consolida-se enquanto elemento que valoriza a si mesmo, gerando valores acionários superiores aos do complexo produtivo. Isso somente é possível porque o capital financeiro passa a caracterizar-se pela aposta em previsões futuras de mais-valia que não levam em conta a realidade da produção com seus inerentes fatores variáveis e subjetivos. (ALMEIDA, 2009, 54)

Diferentemente do capital a juros, que está limitado pelo volume disponível de excedente, ou mesmo do capital do capital fictício que pode multiplicar-se inúmeras

vezes, mas dentro de um limite da própria reprodução, o capital financeiro pode se multiplicar de forma infinita (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999). A mudança quantitativa na multiplicação de um mesmo capital gera alteração qualitativa na forma de sua acumulação e reprodução ampliada plena.

A reprodução ampliada do capital é orientada por renovadas maneiras de auferir lucros. A lei geral da acumulação capitalista como contradição central requer do desenvolvimento das forças produtivas mediações que retomem o curso do lucro e da mais valia, nesse contexto dos imperativos do valor troca o capital portador de juros e o capital fictício recolocam nos trilhos os possíveis desvios (no sentido dos capitalistas) que impeçam a realização do valor. Ao aprisionar o valor em novas esferas o sistema do capital atinge o mais alto grau de alienação produtiva, em que os defeitos estruturais de controle do capital objetivam as crises de realização como imanência sistêmica. Alta composição orgânica, ‘desnecessidade’ – historicamente posta do trabalho vivo, queda na taxa de lucro, a mais-valia no circuito do capital produtivo encontra limites agora dificilmente intransponíveis. O papel do capital financeiro (capital produtor de juros e capital fictício) envolve em certa medida a aceleração do tempo de giro do capital sem o lastro correspondente no trabalho vivo, o que amplia as contradições. (DUTRA JR, 2010, 75).

Como dito inicialmente o conceito de capital financeiro nunca foi utilizada por Marx, uma vez que ele não vivenciou a reprodução ampliada plena do capital que vai ocorrer a partir da financeirização da economia. Justamente por não ser um conceito que existe na teoria marxiana, Carcanholo vai discordar de Hilferding e grande de parte da teoria marxista ao considerar que a denominação de capital financeiro é um conceito vazio dentro da teoria do valor. Em artigo conjunto com Nakatani, Carcanholo vai considerar que o conceito de capital financeiro “*se refere a um conjunto de formas indefinidas de capital cujas articulações com as formas funcionais do capital industrial ficam indeterminadas*” (1999,289), o nas palavras do próprio autor, a expressão capital financeiro constitui um *eufemismo* (CARCANHOLO, 2013).

Carcanholo (2013; 1999) ao analisar a fundo o conceito de capital fictício expresso por Karl Marx vai corroborar com a existência desta forma de capital que mesmo sem ter substância real vai exigir apropriação de uma parte de mais-valor. Enquanto riqueza nominal ou patrimonial, o dinheiro vai comportar-se como capital para poder valorizar-se. Assim, o capital fictício não é um capital produtivo, desde que não seja um capital a juros, uma vez que não cumpre nenhum papel necessário no processo de

circulação do capital industrial. Carcanholo vai concluir que o caráter deste capital é puramente parasitário. A partir desse entendimento, o conceito de capital especulativo parasitário vai surgir em substituição ao conceito de capital financeiro.

o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício, quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial. Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do capital industrial. É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza, assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não-compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização. Ele conduz, ou pretende conduzir, a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso. (1999, 301)

Segundo Carcanholo e Nakatani (2001), o conceito de capitalismo especulativo parasitário também recebeu várias críticas, a principal delas é que a especulação e o parasitismo sempre estiveram presentes desde as primeiras formas de capital, não sendo assim um aspecto novo que caracterizaria uma nova forma de capital. Carcanholo e Nakatani (2001) vão contra esse argumento afirmando que o capitalismo é em sua essência parasitário e especulativo, mas enquanto síntese dialética da autonomização das formas funcionais do capital, esta nova forma de capital representa o domínio da especulação sobre o capital industrial.

Mientras la miseria de grandes contingentes de la población sobreexplotada funciona como mecanismo de financiación de parte creciente de la ganancia especulativa, las crisis actúan como mecanismo moderador del volumen ascendente del capital especulativoparasitario con relación a la base productiva. La especulación y el parasitismo crecen de manera incontrolable, la miseria también. Las crisis frenan el crecimiento de ese capital, destruyendo parte del mismo, pero aceleran el aumento de la miseria. El capitalismo especulativo y parasitario es la tragedia de nuestro tiempo. (CARCANHOLO E NAKATANI, 2001, 16)

Baseado na teoria do valor de Marx, Carcanholo vai defender ainda o processo de desmaterialização da riqueza. Se na sociedade mercantil a materialidade da riqueza consistia o fator econômico primordial, com o desenvolvimento e universalização das relações capitalistas, a dimensão social do valor torna-se cada vez mais importante. Em

outras palavras, é o domínio do valor sobre o valor de uso (CARCANHOLO, 2013). Para Carcanholo e Sabatini (2009), a desmaterialização da riqueza é um processo gradativo, que atinge seu ápice com o domínio do capital especulativo parasitário. Sua manifestação torna-se mais clara com a própria desmaterialização do equivalente geral, o dinheiro.

O dinheiro, no capitalismo, se faz cada vez mais desmaterializado: do ouro e da prata ao dinheiro de papel, ao dinheiro de crédito e dinheiro virtual. Tal processo também está presente no capital; se antes a imagem de capital em nossas mentes era a de uma fábrica ou de um comércio, hoje, cada vez mais, pensamos no capital “financeiro”. Este último não possui materialidade, não posso vê-lo, nem tocá-lo. Onde está? No banco? Vou lá e não o vejo. (CARCANHOLO, 2013, 142)

Carcanholo vai concluir ainda que o processo de valorização do capital fictício⁵ uma vez que não é fruto da extração de trabalho excedente - mais-valor -, não consiste em uma riqueza real, mas uma riqueza fictícia, frutos da especulação. Estes são, portanto, lucros fictícios, uma mistificação dos lucros capitalistas. Do ponto de vista individual, o capital fictício vai atuar como capital, uma vez que pode ser reconvertido. Ou seja, para seus possuidores no dia a dia do mercado o capital fictício é real, mas do ponto de vista global não; uma vez que não acrescenta nenhuma substância real de valor, apesar de exigir remuneração sobre a mesma.

Os lucros ou prejuízos da especulação surgem, portanto, apenas das diferenças das valorizações correspondentes dos títulos de juros. Elas não são lucros, nem participação da mais-valia, mas nascem tão-somente das oscilações das valorizações da participação da mais-valia que sai da empresa e cabem aos proprietários de ações, oscilações que, como ainda veremos, não precisam surgir da variação do lucro verdadeiramente realizado. São puros lucros diferenciais. Enquanto a classe capitalista como tal se apropria, sem compensação, de uma parte do trabalho do proletariado, obtendo dessa forma seu lucro, os especuladores ganham apenas uns dos outros. O prejuízo de uns é o lucro dos outros. *Les affaires, c'est l'argent des autres.* (HILFERDING, 1985, 139)

⁵ Em seu último livro publicado, Carcanholo abandona o conceito de capital especulativo parasitário para utilizar o conceito de capital fictício em sentido mais amplo do que foi traçado por Marx, caracterizando assim o atual processo de domínio da esfera financeira sobre a esfera produtiva. Carcanholo mantém sua crítica à etimologia da expressão “capital financeiro”.

O Estado é um agente ativo na produção de lucros fictícios como forma de ampliação de seus gastos na garantia da reprodução plena do capital em sua totalidade

podemos dizer que os lucros fictícios estão formados anualmente pelo aumento da dívida pública destinada a financiar os gastos improdutivos e o pagamento de juros, além da valorização especulativa dos ativos, sejam reais (como imóveis) ou fiduciários, mobiliários (títulos privados de diferentes tipos, inclusive ações). Esses lucros têm o exato volume do crescimento do capital fictício do tipo 2.

Em resumo, a fragilidade dessa estrutura econômica que atua na busca de fazer dinheiro gerar mais dinheiro (D-D') se reverte na ânsia do capital financeiro em se apropriar de fatias cada vez maiores de mais-valor e trabalho excedente, uma vez que *“Nem todo aumento do capital monetário indica acumulação real do capital ou ampliação do processo de reprodução.”* (MARX, 1988b, 18).

Nesse sentido,

Com o objetivo de transcender seus próprios limites a todo custo, a concentração de lucro e a desconcentração de mercados, assim como o aumento da concorrência nos mercados nacionais, a economia é direcionada ao processo de financeirização. (CONCEIÇÃO, 2012)

A trama faustiana da especulação por meio do capital fictício, e posteriormente com o domínio do capital financeiro, permite ao capital uma obtenção de lucros inúmeras vezes maior do que a simples flutuações nos preços das mercadorias com a lei de oferta e da procura.

A especulação consiste na exploração da variação de preços. Mas não na exploração da variação dos preços das mercadorias. Em contraste com o capitalista produtor, para o especulador é indiferente se os preços sobem ou descem. Para ele, não se trata dos preços das mercadorias. Eles não lhe interessam, só lhe importam os preços dos títulos. Mas estes dependem da magnitude do lucro, de uma magnitude que pode aumentar ou diminuir, com preços permanentes, crescentes ou decrescentes. Pois, para o lucro, o decisivo não é o nível absoluto do preço da mercadoria produzida, mas sim a relação de seu preço de custo com o seu preço de venda. (HILFERDING, 1985, 139)

É certo que a lógica especulativa é inerente ao próprio capital, existindo desde a formação dos grandes mercados e se consolidando no período mercantilista na relação compra e venda entre as grandes nações, ou ainda com o capital portador de juros. Corroboramos com o argumento de Carcanholo e Nakatani (1999) de que com o desenvolvimento do capitalismo em seu processo de reprodução e a autonomização de suas formas funcionais e consequente valorização real e fictícia dos lucros, a especulação passa a ser a lógica dominante, subordinando inclusive todo o setor produtivo.

1.3 – A Mundialização do capital

Com o fim do keynesianismo enquanto modelo econômico capaz de superar a crise de superprodução que se estabelecia no final da década de 1970, a mundialização do capital surge como processo de um novo ritmo de acumulação. A mundialização é uma fase específica no sistema do capital em seu processo de internacionalização e valorização (CHESNAIS, 1996) marcada pelo domínio do capital financeiro sobre a esfera produtiva. A riqueza social, fruto do trabalho humano, passa cada vez mais a ser controlada pelo capital financeiro, ditando assim *“a repartição e a destinação social dessa riqueza”* (CHESNAIS, 1996, 15).

O crescimento fenomenal do volume de transações, que acompanhou a mundialização, tem a ver tanto com as “inovações financeiras”, possibilitadas pela eliminação das regulamentações e controles nacionais anteriores existentes, quanto com efeitos da abertura internacional como tal. O volume de transações reflete, em primeiro lugar, a amplitude assumida pelas cadeias de operações longas e imbricadas, e pela complexa e frágil pirâmides de créditos e débitos que ligam os principais operadores (bancos, fundos de pensão, fundos mútuos, instituições especializadas). (CHESNAIS, 1996, 243)

A quebra do acordo de Bretton Woods pôs fim as barreiras que asseguravam, de certa forma, a criação de crédito no sistema de empréstimos com base na necessidade de investimento industrial. Os instrumentos de garantia de liquidez da dívida pública dos Estados Unidos deram lugar a uma política de endividamento. O enriquecimento da classe rentista tornou ainda mais evidente o domínio da economia mundial sobre as economias nacionais. A política neoliberal encabeçada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher

garantiram a liberalização das finanças e a desregulamentação das economias diante da emergência do capital de expandir-se, pondo fim ao controle dos fluxos de capitais, abrindo assim os sistemas financeiros nacionais.

Por outro lado, a ruptura com o sistema taylorista e keneynsiano deu lugar a acumulação flexível lastrado pelas reformas do Estado e flexibilização do sistema produtivo. A rigidez do sistema fordista culminou na queda da lucratividade, abrindo assim a possibilidade de outras técnicas de controle de produção como *just in time* e o sistema *kabam*. As variações no padrão de consumo em âmbito local e mundial podiam ser atendidas de forma muito mais rápida.

Chesnais (1999) vai observar três etapas neste processo de liberalização:

1) 1960-1979: Internacionalização “indireta” de sistemas nacionais fechados. Evolução dos Estados Unidos em direção às finanças de mercado; 2) 1980-1985: Passagem simultânea para as finanças de mercado e para interligação dos sistemas nacionais pela liberalização financeira; 3) 1986-1995: Acentuação da interligação, extensão da arbitragem e incorporação dos “mercados emergentes” do terceiro mundo. (1999, 24)

De acordo com o relatório da The McKinsey Global Institute (2014), grande parte do crescimento econômico se deve ao fluxo transfronteiriço, um crescimento de mais de 15% em 24 anos.

Given the twin forces of rising prosperity in emerging markets and the increasing impact of digital technologies, a growing share of the world's economic activity involves cross-border flows. Today, 35 percent of goods cross borders, up from 20 percent in 1990. More than a third of all financial investments in the world are international transactions, and a fifth of Internet traffic is cross-border. Services and people, however, remain far less internationally traded—because of their intrinsic link to relatively immobile human capital. (2014,4)⁶

⁶ Dadas as forças gêmeas do aumento da prosperidade nos mercados emergentes e a crescente impacto das tecnologias digitais, uma parte crescente da atividade econômica do mundo envolve fluxos transfronteiriços. Hoje, 35 por cento dos bens atravessam fronteiras, em 1990 era acima dos 20 por cento. Mais de um terço de todos os investimentos financeiros do mundo são as transações internacionais, e um quinto do tráfego da internet é transfronteiriço. Serviços e pessoas, no entanto, permanecem muito menos comercializadas internacionalmente - por causa de sua ligação intrínseca com o capital humano relativamente imóvel internacionalmente. (2014,4)

A integração internacional dos mercados foi garantida por meio da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e automatização do fluxo de capitais (CHESNAIS,1996). Desta forma, o capital financeiro pode ter seu pleno desenvolvimento, possuindo uma movimentação própria e independente, em certo ponto, da produção real.

Riqueza fictícia (Estoque de Ativos Financeiros) e
Produto Mundial (PNB), 1980-2010.

ANO	ESTOQUE DE ATIVOS FINANCEIROS* (US\$ trilhões) (a)	PNB mundial (US\$ trilhões) (b)	(a) / (b)
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

FONTE: McKinsey Global Institute (Ativos), FMI (PNB), *apud* LUZ, BITTENCOURT E TAIOKA, 2013, 9.

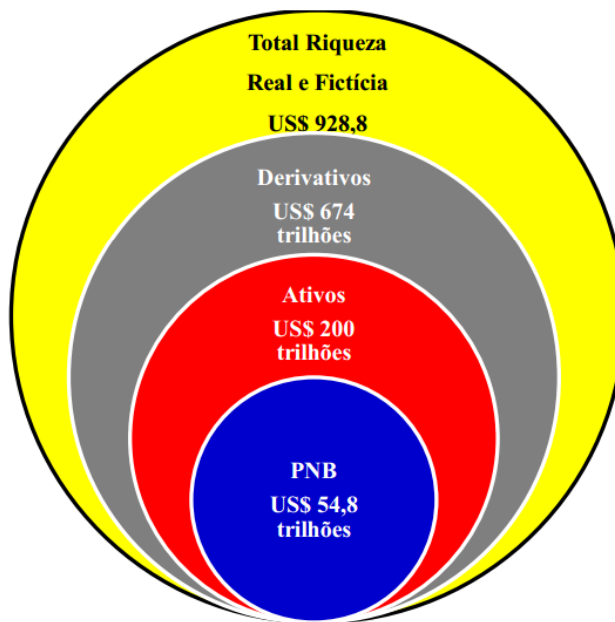
* Inclui ações e debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias; não inclui derivativos.

**Estimativa.

*** Projeções.

Como observa Luz, Bittencourt e Taioka (2013), entre 1980 e 2010, o PIB mundial (PNB) cresceu 374%, enquanto os ativos financeiros cresceram mais de 1.600%, saindo de 12 trilhões de dólares para 209 trilhões. Quando se leva em consideração o valor dos derivativos a massa de capital sem lastro na riqueza real torna-se ainda maior.

Total Riqueza Real e Fictícia, Derivativos, Ativos e PNB, em trilhões US\$, 2007.



FONTE: LUZ, BITTENCOURT E TAIOKA, 2013, 10.

Em relação ao gráfico conclui Luz, Bittencourt e Taioka (2013):

Tomando por base os valores do Produto, ativos financeiros e derivativos no ano de 2007 na perspectiva de geração de riqueza, chega-se ao valor de aproximadamente US\$ 930 trilhões, sendo que US\$ 874 trilhões da riqueza foi fruto de ativos e derivativos, e apenas 6% do total (US\$ 54,8 trilhões) foi gerado pelo lado real da economia, o mercado de bens e serviços. (2013, 10)

Os derivativos constituem as aplicações financeiras que derivam de outras operações, de outros valores, constituindo assim um capital puramente especulativo, atuando dentre outras formas, no mercado futuro.

Ilan Lapyda (2011) vai observar que na análise de Chesnais o capital financeiro vai ter possuir três dimensões mais abrangentes,

A primeira é da autonomização da esfera financeira em relação à esfera da produção e do controle do Estado. Em seguida, tem-se o fetichismo próprio das formas de valorização do capital de natureza financeira (devido ao seu caráter altamente abstrato e mesmo fictício). É ele que está por trás, por exemplo, das bolhas que degeneraram em crises e do

ímpeto de certo tipo de instituição em fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, através dos juros, dividendos, outros pagamento advindos de ações e da especulação. Por fim, tem-se o poder dos chamados “operadores financeiros” de traçar os contornos e os rumos da economia, ao decidirem quais agentes, de que países e que tipos de transação podem entrar na mundialização financeira. (2011,50)

Fora da economia real, o processo especulativo garante o crescimento econômico até certo limite uma vez que apresenta uma acumulação financeira, mas não de capital substanciado na retirada de mais-valor. A formação das bolhas especulativas culminou em 2008 numa crise financeira mundial que teve seus primeiros sintomas no setor imobiliário dos Estados Unidos, gerando uma recessão que teve impacto direto na redução dos fluxos financeiros. Segundo o The McKinsey Global Institute

All types of global flows dropped during the 2008 financial crisis and recession, but goods and services flows have since surpassed their 2007 peak. In contrast, financial flows remain almost 70 percent below their pre-crisis level, falling from 21 percent of global GDP to only 5 percent in 2012. This reflects the correction from the global credit bubble and deleveraging of the financial system. Financial flows have changed direction, too, with outflows from emerging markets rising from 7 percent of the global total in 1990 to 38 percent in 2012. The share of financial flows among developed regions fell from 89 percent in 2002 to 57 percent in 2012. (2014, 5)⁷

Com a crise de 2008, várias instituições financeiras nos Estados Unidos vieram a decretar falência, dentre elas o quarto maior banco do país, o Lehman Brothers. Como aponta Chesnais

No regime de finanças de mercado (ou finanças “sem mediação”), as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras não-bancárias. Os bancos sofrem precisamente a concorrência dessas formas recentes de

⁷ Todos os tipos de fluxos globais caíram durante a crise financeira de 2008 e a recessão, juntamente com os fluxos de bens e serviços, ultrapassou desde então o seu pico em 2007. Em contraste, os fluxos financeiros permanecem quase 70 por cento abaixo do seu nível pré-crise, caindo de 21 por cento do PIB mundial para apenas 5 por cento em 2012. Isso reflete a correção da bolha de crédito global e de queda do sistema financeiro. Os fluxos financeiros mudaram de direção também com saídas a partir de mercados emergentes, subindo de 7 por cento do total mundial em 1990 para 38 por cento em 2012. A participação dos fluxos financeiros entre as regiões desenvolvidas caiu de 89 por cento em 2002 para 57 por cento em 2012.

centralização e concentração de um capital que atua quase exclusivamente na esfera financeira: os fundos de pensão e a sociedade de investimento coletivo (*mutual funds* e organismos de aplicações coletivas em valores imobiliários ou OPCVM), perto das quais até os maiores bancos são nanicos. Foram esses fundos que mais diretamente se beneficiaram das reformas constitutivas da mundialização financeira e da adoção de financiamentos dos déficits orçamentários dos países da OCDE mediante colocação dos títulos nos mercados financeiros. (1999, 28)

Esta incontrollabilidade do capital e sua necessidade de constante expansão já eram apontadas por Karl Marx como uma condição *sin quan non* para a reprodução ampliada que atinge na mundialização sua realização plena.

Enquanto o capital deve por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular o espaço pelo tempo (...) Quanto mais desenvolvido o capital (...) mais esse capital esforça-se simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma anulação do espaço pelo tempo. (MARX *apud* HARVEY, 2005, 51)

O sistema sociometabólico do capital produz suas próprias contradições como garantia de sua reprodução e acumulação. Assim, a mundialização do capital torna-se um processo espacialmente expressivo.

1.4 - Capital financeiro e o processo de espacialização da acumulação financeira

“De forma estranha ele vos serve, Mestre!
 Não é, do louco, a nutrição terrestre.
 Fermento o impele ao infinito,
 Semiconsciente é de seu vão conceito;
 Do céu exige o âmbito irrestrito
 Como da terra o gozo mais perfeito,
 E o que lhe é perto, bem como o infinito,
 Não lhe contenta o tumultuoso peito”⁸
 Fausto, Goethe.

⁸ Início do Prólogo do Céu, quando Deus autoriza Mefistófeles a tentar Fausto.

As demandas provenientes do processo de financeirização da economia provocaram profundas alterações espaciais nas diferentes escalas de acumulação. Coube aos Estados centrais assumir e determinar os rumos da política neoliberal, retirando barreiras institucionais e econômicas que pudessem criar entraves para o trânsito de capitais. (DANTAS, 2009)

Antigas estruturas produtivas foram destruídas ou se metamorfosearam para atender a necessidade de acumulação em ritmo acelerado, comandado pelo capital financeiro. O neoliberalismo foi o instrumento político de desregulamentação das economias nacionais, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo, com um olhar especial para a América Latina, onde os regimes ditatoriais promoveram todas as reformas necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, sobretudo no campo.

Dentre estas reformas, destacam-se o livre fluxo de capitais, com entrada massiva dos investimentos internacionais, privatização das empresas estatais e endividamento do Estado, tornando-o ainda mais subordinado as demandas do mercado financeiro e as cartilhas das organizações internacionais como o Banco Mundial, BIRD e FMI. Estas organizações tem entre os objetivos equalizar o desenvolvimento econômico e social direcionada a lógica do capital.

Assim, as transformações espaciais revelam o impacto real do capital financeiro em cada parte do mundo, influenciando, como afirma Harvey (2013), desde quase todos os aspectos da vida social até a vida privada. Esta alteração das relações sociais não ocorre de forma regular, mas segue o próprio desenvolvimento desigual e combinado da produção capitalista do espaço.

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é

simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para fins sociais determinados. (SMITH, 1984, 221)

A produção das desigualdades sociais envolve diretamente o processo de controle da riqueza social e o domínio da especulação nas mais variadas dimensões sociais, econômicas e política. As formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias baseadas no sistema toyotista implicou na intensificação da exploração da força de trabalho, tornando o trabalho na cidade e no campo ainda mais precarizado. Por meio da reestruturação produtiva foi possível estabelecer uma acumulação flexível, acelerando o tempo de giro do capital.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com a racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, retorno do mercado, etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, “vinte e quatro horas ser um tempo bem longo” nos mercados de ações. (HARVEY, 2009, 257-258)

Vivencia-se o tempo do consumo descartável e instantâneo, o tempo efêmero da pós-modernidade.

Como já previsto por Marx, com o desenvolvimento do capitalismo houve um aumento do trabalho improdutivo em relação ao trabalho produtivo. O setor de serviços passa a ser mais consumido do que o setor de bens, na tendência global de privatização de todas as necessidades vitais humanas.

A necessidade do capital de circular de forma cada mais vez mais rápida em sua interface dialética real/fictícia é que o leva justamente a buscar a eliminação das barreiras por ele mesmo desenvolvidas no processo de formação dos Estados nacionais. O capital busca assim a anulação do espaço pelo tempo, a compressão espaço-tempo

(HARVEY,2009). O desenvolvimento das telecomunicações e das redes de transporte foi imperativo para este movimento. Assim,

Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital do espaço global altamente unificado. (HARVEY, 2009, 297)

A eliminação das barreiras espaciais para o domínio e territorialização do capital financeiro foi um dos objetivos da política de desenvolvimento local e territorial. A destituição do poder local e a subordinação das antigas estruturas espaciais alavancaram toda uma política de adequação as necessidades do processo de mundialização do capital. No Brasil, essa busca possui como marco a criação do Plano Nacional de Ordenamento Territorial, que passa a definir novas estratégias para assegurar o fluxo de capitais via circulação de mercadorias.

A estratégia de ordenamento territorial coloca o Estado como agente regulador e ao mesmo tempo harmonizador do território, que busca a articulação de diferentes “agentes locais” para definição de diretrizes que promovam o desenvolvimento sustentável como garantia da qualidade de vida. O PNOT visa o crescimento das exportações, via controle do setor privado, na garantia da melhor circulação de mercadorias, além de garantir um maior controle ideológico da classe dominada valendo-se do discurso da gestão participativa.

A territorialização do capital subordinado a especulação marcha ao lado da intervenção direta das grandes potências imperialistas via atuação militar em várias partes do mundo, principalmente no Oriente Médio, como forma de garantir o controle das matrizes energéticas e dos recursos naturais, e reconstrução destes países a partir da espacialização das formas capitalistas avançadas. Também faz parte da coerção do capital amparado pelo Estado, a repressão policial e militar da classe trabalhadora, dos movimentos sociais do campo e da cidade.

Por outro lado, a desmobilização das lutas sociais é pautada pelos organismos internacionais como mecanismo imperativo para a reprodução plena do capital. Da mesma forma que Mefistófeles se apresenta para Fausto, o capital financeiro se apresenta para a classe trabalhadora como garantidor do desenvolvimento econômico e social e solucionador dos conflitos.

O espaço sob o domínio da lógica especulativa vai ser o receptáculo dos fluxos de capital, pessoas e mercadorias num ritmo cada vez mais rápido. A exigência de apropriação sobre parte da produção real da riqueza pelo capital financeiro vai demandar uma extração ainda maior de mais-valor, uma atuação ainda mais voraz do capital para dar resposta ao novo ritmo de acumulação.

ATO II - INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO

A busca incessante do capital para acelerar a velocidade do seu ciclo, e consequentemente, ampliar o seu processo de acumulação, culminou no desenvolvimento de formas fictícias e financeirizadas de reprodução metabólica, mas sem o abandono das suas formas funcionais e automatizadas. A financeirização da economia vai generalizar o movimento especulativo do capital sobre o processo produtivo, ditando assim um novo ritmo de acumulação dialeticamente real e fictícia.

Face o processo de modernização da agricultura em decorrência da financeirização da economia, o agronegócio consolida-se no Brasil por meio de políticas de Estado que tem como objetivo a subordinação das terras e das águas ao mercado. A necessidade sociometabólica do capital em ampliar seu lucro conduz seus agentes a investidas cada vez mais incisivas para garantir o domínio da natureza e da produção agrícola, e da retirada direta e indireta de mais-valor.

2.1 - Ditadura militar e a inserção do capital financeiro no campo: novo modelo de desenvolvimento para manutenção de uma velha estrutura

“O invisível nos salta aos olhos”
Piano Bar, Humberto Gessinger

No Brasil, a inserção do capital financeiro no campo se dá na modernização técnica durante a ditadura militar, principalmente a partir da década de 1970. São as mudanças ocorridas na política agrária brasileira no final da década de 1960 que dará abertura para a entrada das formas especulativas mais avançadas do capital, subordinando em diferentes escalas espaciais a produção do campo ao mercado internacional.

A mudança na base técnica da agricultura diminuiu a dependência do ciclo natural da terra e da força de trabalho. O uso de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados e máquinas, sobretudo tratores foram fomentados através de uma política nacional de uso de insumos agrícolas obtidos por meio de importação. Desta

forma, afirma Hilferding (1985), sucessivas fases de inovação tecnológica alteram profundamente a composição orgânica do capital. Delgado (2005) destaca que o projeto de modernização da agricultura pode ser mensurado pelo crescimento do número de tratores e do uso de fertilizante de origem alemã NPK (nitrogênio [N], fósforo [P] e potássio [K]).

Indicadores de modernização técnica de agricultura – 1960-1980		
Anos	Consumo de NPK (mil t. nutrientes)	Frota de tratores agrícolas 04 rodas ou esteira (unid.)
1960	198,4	61.345
1967	444,9	n.d.
1970	999,0	145.309
1975	1.980,0	323.113
1980	4.066,0	545.205

Fontes: IBGE (Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975 e 1980). Frota de Tratores: Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anfavea). Delgado (1985, p. 36).

Na tabela acima é possível observar o crescimento vertiginoso dos dois indicadores num curto período de tempo. Entre os anos de 1960 e 1975, o consumo de NPK cresce quase que 1.000%, sendo ainda duplicado nos cinco anos seguintes. A frota de tratores, de custo de aquisição bem mais elevado do que o NPK, amplia mais 800% nestas duas décadas.

A modernização do campo brasileiro acentuou as diferenças regionais da agricultura no país, uma vez que ficou muito concentrada nas regiões Sul, Sudeste e nas áreas de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, enquanto que ao Norte e o Nordeste coube na divisão territorial do trabalho um papel mais periférico e ao mesmo tempo necessário. Se as relações de trabalho assalariado ganham destaque nas regiões de maior modernização técnica, por outro lado, as velhas oligarquias rurais continuavam a exercer seu domínio sob o aval da ditadura militar. Relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, manutenção dos latifúndios e financiamento da monocultura são traços de uma modernização desenvolvida de forma desigual e combinada nos certames da produção e reprodução do capital no campo.

A ditadura instalada no Brasil tem uma base bastante sólida na agricultura. O bloco do poder instalado no Estado brasileiro, engloba as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores

da classe média, clero, burocracia pública e privada, militares e policiais. Mas a burguesia agrária, composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representa um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do Golpe de Estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenham um papel decisivo. Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a ideia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart nos anos 1961-1964. Combatia as medidas destinadas a encaminhar a reforma agrária, a sindicalização de camponeses e operários rurais, a liga camponesa, a politização dos trabalhadores do campo e toda e qualquer iniciativa que visasse defender as reivindicações de camponeses e operários rurais. (IANNI, 1979, 242-243)

Com o golpe militar, é justamente a elite agrária quem mais vai obter concessões do Estado brasileiro com a criação de incentivos fiscais e creditícios. A tomada de empréstimos a juros negativos facilitou os investimentos principalmente em capital constante, na compra de máquinas, equipamentos e fertilizantes.

A adoção do pacote tecnológico advindo da Revolução Verde era sinônimo de modernização do setor agropecuário, aliando as inovações físico-químicas e tecnológicas, para a criação de variedades de vegetais que exigiam grande quantidade de adubação e irrigação (DELGADO 1985). Assim, “*A obsolescência de velhas tecnologias e o surgimento de novas, tão vital para o capitalismo, é simultaneamente a transformação de velhas estruturas espaciais em novas*” (SMITH, 1984, 187). PÁGINA

Nessa direção, com o objetivo de desenvolver as relações capitalistas no campo, coube ao Estado assumir como gasto público os subsídios dados aos capitalistas privados e a elite agrária, custeando os maiores gastos dentro da modernização da produção.

**TAXA REAL DE JUROS DO CRÉDITO RURAL
1970-1986**

ANO	TAXA REAL DE JUROS %
1970	- 3,9
1971	- 4,0
1972	- 1,5
1973	- 1,4
1974	- 15,1
1975	- 11,5
1976	- 21,9
1977	-16,9
1978	- 17,7
1979	- 34,3
1980	- 37,7
1981	- 27,0
1982	- 28,7
1983	- 23,4
1984	- 5,1
1985	-2,3
1986	-33,3

Fonte: Banco Central *apud* FERREIRA, 2012, 2.
ORG: SILVA, José Danilo Santana, 2014

Como se pode observar, durante todo o período da Ditadura Militar a taxa real de juros dos empréstimos ficou negativa, passando de -1,4% em 1973 para -15% no ano seguinte. Entre 1976 e 1983, a taxa de juros vai alcançar os índices mais baixos, chegando aos menores valores em 1979 e 1980, com -34,3% e -37,7%, respectivamente. Essa política de manutenção dos juros negativos segue ainda no primeiro ano após a redemocratização do país. Em 1987, a taxa de juros passa a operar de forma positiva, passando para 7%, uma vez que os juros agora eram indexados pela Obrigação do Tesouro Nacional - OTN (FERREIRA, 2012) que eram títulos da dívida pública emitidos entre 1986 e 1989 com a criação do plano Cruzado.

Desta forma, por meio da atuação do Estado o capital se enraíza no campo de forma intensiva e extensiva. Enquanto a agroindústria canavieira se espacializa de São

Paulo a Pernambuco, a região Amazônica abre suas portas para grileiros, latifundiários, empresários brasileiros e estrangeiros. (IANNI, 1979). Todo projeto em direção à reforma agrária e às lutas sociais é abandonado para dar lugar a uma modernização conservadora. A ditadura militar vai garantir todas as transformações necessárias para atender as demandas do processo de acumulação de capital no campo e na cidade.

Dentre estas transformações, o crescimento da urbanização no Brasil decorrente, dentre outros fatores, do processo de industrialização, vai ocasionar o rápido crescimento do emprego não agrícola, necessidade de maior produção de produtos agrícolas, pressão pela integração e a diversificação das exportações agrícolas.

Delfim Neto, economista e professor da USP, assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 com a preocupação justamente em expandir a produção agrícola no Brasil. Para o ministro, o desenvolvimento agrícola brasileiro deve ser norteado por a) do nível técnico da “mão-de-obra”; b) do nível de mecanização; c) do nível de utilização de adubos; e d) de uma estrutura agrária eficiente. Era necessário transformar o campo para atender a demanda de produção do comércio exterior, aumentar a produtividade por meio da integração técnica entre indústria e agricultura. A questão agrária deixa de ser um problema político para se tornar uma questão técnica. (DELGADO, 2005)

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, PROAGRO, Pesquisa e Extensão Rural, etc.) (DELGADO, 2005,59)

Por meio dos investimentos do Estado e abertura do mercado nacional para os investimentos internacionais, o período de crescimento da produção agrícola foi acompanhado pela formação de um complexo agroindustrial. Promoveu-se assim uma industrialização no campo que garantisse os meios de produção e o processamento dos produtos agrícolas. Este complexo agroindustrial foi formado por fusões ou integração de

capitais de diferentes setores, criando grandes conglomerados. A conglomeração vai se expandir espacialmente e dominar certos circuitos financeiros.

Como observa Karl Marx, o aumento da produtividade do capital é medido pela alteração da sua composição orgânica (capital constante e capital variável). A mudança no capital constante significa o aumento de capital fixo em relação ao capital circulante. Na medida em que o modo de produção capitalista domina as condições de produção ele tende a transformar o capital em propriedade imóvel. Assim, a dimensão da produção real do espaço marca a universalização do capital. (SMITH, 1984)

Se o capital fixo é a forma mais adequada de capital, por outro, a sua imobilidade representa um entrave durante o período de crise, impondo algumas barreiras a sua transferência de valor. O capital fixo transfere valor lentamente para a mercadoria, além de requerer um volume crescente de capital constante que culmina na necessidade de um grande aporte de capitais para ampliar na mesma medida a produção em geral. (DELGADO, 1985; HILFERDING, 1985)

Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista, que identifique inicialmente com o processo de conglomeração, a luta concorrencial assume claramente a forma de mobilização (centralização e concentração) ampliada de capital, como recurso possível para enfrentar a rigidez das grandes imobilizações fiscais. Neste contexto, a instância financeira assume cada vez maior dominância, como meio de alavancagem de recursos e como gestão superior de sua circulação e valorização. Dá-se, então, a conglomeração industrial, cruzada com os bancos e/ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se *expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros*. (DELGADO, 1985, 133)

Para tanto, o Estado vai agir como facilitador do processo de reprodução do capital no campo, atuando, a) na esfera normativa: normatização das relações de trabalho no campo (Estatuto do trabalhador) criação de condições de mercado para valorização especulativa das terras; b) na esfera financeira e fiscal: criação do sistema crédito e incentivos fiscais para estimular, compensar e financiar a aplicação de capitais privados no setor agrícola, onde podemos destacar o Sistema de Crédito Rural e Política de Garantia de Preços dos produtos agrícolas; c) na esfera produtiva: uso dos defensivos agrícolas por empresas estatais como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, além da geração

adaptação e de difusão de novas tecnologias para o complexo agroindustrial; e d) na esfera previdenciária: estruturação da previdência rural (FUNRURAL) e assistência médica. (DELGADO, 1985)

A constituição de um mercado nacional de produtos agrícolas e agroindustriais. A consolidação de um mercado de trabalho. A institucionalização de um mercado de terras de forma semelhante aos ativos no mercado financeiro. É imperativo afirmar que na década de 1970 ocorre, nas palavras de Delgado (1985), um aprofundando as relações capitalistas no campo por meio da mercantilização das relações econômicas no setor rural.

Os investimentos no setor agrícola foram destinados aos detentores de grandes terras no Brasil, preservando assim a estrutura agrária existente. Criado por Delfim Neto a partir de recursos da Caderneta de Poupança e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o Sistema Nacional de Crédito Rural é um marco para a inserção do capital financeiro no campo.

Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da *mercadoria* rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento se tornam crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalhos na agricultura passam a depender de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura. (DELGADO, 1985, 21)

Entre os anos de 1969 a 1979, o crédito rural cresceu em média de 17% ao ano, exigindo assim um grande aporte de recursos. Afirmo Delgado

Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (2005, 59)

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural um grande e crescente volume de crédito é disponibilizado para os grandes produtores e investidores do campo brasileiro.

CRÉDITO RURAL: AGROPECUÁRIO
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS POR CATEGORIA

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total em US\$ Milhões
1965	562,40	156,60	54,30	773,30
1966	673,30	252,20	116,40	1.041,90
1967	861,00	267,10	181,10	1.309,20
1968	965,80	313,70	195,10	1.474,60
1969	1.732,70	460,60	1.160,10	3.353,40
1970	2.112,00	666,50	1.112,90	3.891,40
1971	2.446,80	910,60	1.272,90	4.630,30
1972	2.972,90	1.479,90	1.460,80	5.913,60
1973	4.706,90	2.028,70	2.144,20	8.879,80
1974	6.948,10	2.767,30	3.131,80	12.847,20
1975	8.481,90	4.357,80	4.718,30	17.558,00
1976	9.372,40	4.328,40	4.837,50	18.538,30
1977	9.751,60	3.692,30	5.026,10	18.470,00
1978	9.750,70	3.360,40	4.479,20	17.590,30
1979	12.253,00	3.606,90	4.581,90	20.441,80
1980	12.261,20	2.799,20	4.447,90	19.508,30
1981	11.841,20	2.318,60	4.817,70	18.977,50
1982	12.644,70	1.776,90	4.054,10	18.475,70
1983	7.250,20	1.604,80	2.260,30	11.115,30
1984	5.033,80	646,60	1.075,00	6.755,50
1985	6.100,60	800,50	1.438,40	8.339,50
1986	9.127,00	2.978,70	2.146,80	14.252,50
1987	9.885,30	1.740,20	1.954,80	13.580,30
1988	7.736,10	1.643,40	1.852,90	11.232,40
1989	10.897,80	1.236,10	1.304,10	13.438,00
1990	6.546,50	588,20	1.310,00	8.444,70
1991	6.527,20	445,80	776,70	7.749,70
1992	5.149,70	794,70	2.165,90	8.110,30
1993	4.262,80	1.198,80	1.898,20	7.359,80
1994	5.442,10	1.295,60	3.165,60	9.903,30
1995	3.995,30	819,20	1.207,40	6.021,90
1996	3.986,10	571,40	357,80	4.915,30
1997	5.207,06	804,91	799,77	6.811,74
1998	5.809,16	1.578,62	913,35	8.301,13
1999	4.399,88	1.115,54	975,44	6.490,91
2000	4.873,65	1.275,90	1.380,16	7.529,78

FONTE: IBGE(1965 a 1968), BACEN (1969 a 2000), Ministério da Agricultura e Abastecimento: <www.agricultura.gov.br> *apud* FERREIRA, 2012.

Na tabela acima é possível observar que o volume de crédito segue em ritmo crescente de 1965 a 1979, chegando ao montante de mais de 20 bilhões neste último ano. Nos dois anos seguintes o crédito rural apresenta uma ligeira queda, mas é nos anos de 1983 e 1984 que a reversão das condições de mercado gera uma redução significativa

deste subsídio. Para tanto, principalmente durante o período de crédito abundante, o setor agrícola torna-se subordinado e dependente do capital financeiro. Assim,

O endividamento do setor agrícola para com o Sistema Financeiro, referente ao apresentado pelos financiamentos totalizava 1,7 bilhão de dólares. Mais se agravava quando se passava a ter em conta o volume adicional decorrente dos contratos *mata-mata*, que consistia em uma operação fraudulenta, altamente onerosa, de renegociação das dívidas utilizando a concessão de novos créditos. (FERREIRA, 2012, 3)

É preciso observar que esta política de crédito rural está circunscrita num programa de ajustamento estrutural fomentado e financiado pelo Banco Mundial – em acordo com a agenda do FMI – para garantir o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, sobretudo da América Latina. A reversão das condições que garantia o crédito rural em meados de 1974 fez com que no ano de 1981 a política de crédito nacional, restrita a empréstimos nos bancos estatais, passe a operar também em bancos privados. Assim, o favorecimento do Estado para garantir baixas taxas de juros no crédito rural dá lugar a regulação dos juros pelo mercado financeiro, aumentando a subordinação da produção agrícola internacional. (DELGADO, 1985)

A recessão econômica que acompanha os últimos anos do regime militar, sobretudo entre anos de 1982 e 1983 com o grande endividamento do Brasil, e crise de liquidez do mercado internacional marcada pela moratória da dívida mexicana obrigou a mudança de estratégia nacional em relação a agricultura. Era necessário que a agricultura fosse capaz de gerar divisas para saldar dívidas junto aos credores internacionais.

Esta estratégia vai durar até o ano de 1993 quando, após a redemocratização do Brasil, vivenciou-se um período de grande quantidade de capital internacional disponível. Sob o prisma do neoliberalismo, era preciso atrair capitais internacionais para o país por meio da desregulamentação das barreiras protecionistas e retirada do Estado no fomento à produção industrial e agrícola nacional, culminando em grandes *déficits* na balança comercial. (DELGADO, 2005) O ajuste ultraliberal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso também foi marcado pela queda do preço da terra,

Observe-se, por sua vez, que essa queda conjuntural do preço da terra é movida por um declínio muito acentuado dos preços agrícolas. Como

há simultaneamente desmobilização das formas públicas de sustentação de preços (políticas de *support-price* abandonadas), seus efeitos sobre a renda agrícola são devastadores. No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência. (DELGADO, 2005, 65)

Com a crise econômica ao final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a estratégia de ter no setor agroexportador a maior fonte de divisas para o pagamento da dívida externa é reeditada em 1995, perdurando até os dias de hoje. Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, inúmeros empréstimos são contraídos junto ao FMI, BIRD e o Banco Mundial, aprofundando a subordinação do Brasil ao capital internacional. A tomada destes empréstimos é sempre acompanhada por uma cartilha a ser seguida que passa a determinar todos os caminhos da política econômica e social.

Dou-lhe a certeza,
caro amigo e senhor. Vai regalar-se
numa só hora mais que em todo um ano
do seu viver monótono. Os cantares
que se hão-de ouvir a espíritos mimosos,
e as imagens formosas, sedutoras,
que esse coro gentil virá mostrando,
será tudo real, que não prestígios
de nenhuma arte oculta enganadora.
Haverá para o olfacto almas delícias.
Depois para o paladar tão finos gostos
como nunca os provou. Depois volúpias
até às fibras íntimas. À obra!
Tudo é prestes.
Espíritos potentes!
Podeis principiar. Eis-nos presentes.⁹

Assim como Mefistófeles promete a Fausto prazeres, bonança e prosperidade ao assinar o pacto, os agentes financiadores estabelecem juntamente com os empréstimos os projetos para o desenvolvimento econômico e social que os países pobres devem seguir para alcançar melhorias das condições de saúde, educação, emprego, dentre outros índices além da garantia do pagamento das parcelas da dívida.

⁹ Fausto, Johann Wolfgang von Goethe.

A contração destes empréstimos dirigem os países ditos subdesenvolvidos a uma condição de maior dependência externa. Em vez de emancipar-se, estes países tornam-se altamente endividados devido a tomada de sucessivos empréstimos. No Brasil por exemplo, aproximadamente 53% do orçamento nacional é destinado hoje para o pagamento da dívida e(x)terna e interna. (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA ,2013)

Dependentes destes financiamentos, a adoção da cartilha de desenvolvimento promovida pelos organismos internacionais configura-se na verdade num instrumento de imposição para os países subdesenvolvidos aos ajustes estruturais determinados pelo capital em seu processo reprodução.

Obrigo-me a servi-lo em tudo e à risca
enquanto vivo for, e obedecer-lhe
aos acenos até, sem cansar nunca.
Depois, quando lá em baixo nos toparmos
trocamos os papéis.¹⁰

Neste projeto de (des)envolvimento inclui privatizações, com a entrega ao setor privado de todo investimento público feito em capital fixo; desregulamentação do poder do Estado; liberalização financeira e comercial; e descentralização das políticas de planejamento, retirando a responsabilidade do Estado e delegando a sociedade civil a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento.

Nas décadas de 1980 e 1990, grande parte dos países da América Latina assumiu esta política de ajustamento estrutural frente ao projeto neoliberal ditada por uma classe capitalista internacional, principalmente as grandes corporações ligadas ao setor financeiro. Neste sentido, “*A intenção desta classe é bastante clara: acumular capital numa escala global e proceder desta forma no interior da estrutura institucional e das regras da nova ordem mundial de globalização neoliberal.*” (VELTMEYER e PETRAS, 2008, 83)

Na medida em que o sistema financeiro passa a dominar todas as esferas da economia e da vida social, avolumam-se os saldos das dívidas em todos os âmbitos, do crédito pessoal à dívida do Estado. A liberalização econômica proposta por Ronald

¹⁰ Fausto, Johann Wolfgang von Goethe.

Reagan e Margareth Thatcher veio acompanhada da securitização das dívidas principalmente na década de 1990.

Pelo fato de não existirem normas que impusessem limites realmente eficientes para essas novas modalidades, elas expandiram-se e multiplicaram-se com baixo controle. A consequência foi o aumento da mobilidade de capitais entre os países, o crescimento dos ativos financeiros disponíveis no mercado e a diversidade de operações financeiras, a partir dos anos 1980. (SILVESTRINI e LIMA, 2011, 1024)

A securitização consistia inicialmente na transformação de passivos financeiros - empréstimos ainda não pagos - em títulos negociáveis nos mercados interno e externo. Para tanto, a crise de liquidez na esfera e o domínio das formas puramente especulativas sobre a economia tornaram a securitização uma operação mais complexa e importante.

Atualmente o termo securitização remete às sofisticadas operações de captação de recursos no mercado financeiro que envolvem os passos de criação do ativo, seleção do ativo, transferência e venda do ativo, emissão de títulos e comercialização no mercado financeiro. Em poucas palavras, é a transformação de ativos originalmente não negociáveis no mercado financeiro em ativos negociáveis e com liquidez. (SILVESTRINI e LIMA, 2011, 1045)

Este artifício financeiro foi utilizado no setor rural durante a década de 1990 como forma de garantir liquidez ao setor agrícola que se encontrava totalmente endividado e incapaz de contrair novos empréstimos. Mesmo com a estabilização da economia e a queda da inflação em 1994 com a adoção do Plano Real, os produtores rurais ficaram vulneráveis diante da abertura comercial e a queda dos preços agrícolas entre as safras de 1994/1995. (SILVESTRINI e LIMA, 2011)

A renegociação das dívidas rurais teve início com a Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995 e desde então foram adotadas várias medidas pelo governo federal com o objetivo de garantir a securitização do setor rural. Entre 1995 e 2008, SILVESTRINI e LIMA (2011) vão identificar as seguintes leis e resoluções:

- a) Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995;
- b) Resolução n. 2.220, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 6 de dezembro de 1995 (normativo revogado);

- c) Resolução n. 2.238, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em de 31 de janeiro de 1996;
- d) Resolução n. 2.279, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de maio de 1996 (normativo revogado);
- e) Resolução n. 2.471, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 26 de fevereiro de 1998;
- f) Lei n. 9.866, de 9 de novembro de 1999;
- g) Lei n. 10.437, de 25 de abril de 2002;
- h) Resolução n. 2.963, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 28 de maio de 2002;
- i) Lei n. 11.322, de 13 de julho de 2006;
- j) Resolução n. 3.404, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de setembro de 2006;
- k) Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008. (SILVESTRE e LIMA 2011, 1027).

Adicionamos a este Quadro a Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012 e a Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Além destas, se encontra em discussão na Câmara Federal a discussão do Projeto de Lei 7039/14, também com o objetivo de renegociar as dívidas provenientes do crédito rural. Somente uma análise mais acurada de cada Lei e Resolução aprovada pode mostrar com maior precisão o impacto real sobre o setor agrícola dentro do contexto histórico brasileiro e mundial.

De maneira geral, podemos afirmar que se por um lado as sucessivas fases de renegociação das dívidas do setor agrícola consistiram na saída encontrada pelo Estado para que não houvesse falência geral no setor agrícola, por outro gerou um acúmulo de dívidas sem precedentes, possibilitando maior domínio do setor financeiro na agricultura. Este domínio é consolidado a partir da adoção do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

2.2 - O Agrobusiness, monopolização da produção e territorialização do capital no campo

Paula Fernandes: - Você já reparou como que a Caixa está mais presente no campo?

Almir Sater: - É. E incentivando o crescimento deste setor tão importante da nossa economia.

Paula Fernandes: - Porque a Caixa acredita nesta nova parceria entre o banco das melhores taxas e o produtor rural.

Almir Sater: - Por isso oferece uma nova opção de crédito para você.

Paula Fernandes: - Assim dá para unir a modernidade com os antigos costumes do campo. (apontando para Almir Sater)

Almir Sater: - Está me chamando de velho?

Paula Fernandes: - Nada! (olhar de ironia) Você é tradição.

A crise econômica vai marcar o final do regime militar no Brasil, o esgotamento deste ciclo de crescimento colocará em pauta a necessidade de novo arranjo econômico e político. Delgado (2005) vai afirmar que a década de 1980 foi um período de transição e contradição para a questão agrária brasileira.

Com a abertura política eclodem várias lutas no campo em torno da reforma agrária fruto das articulações dos movimentos sociais e outras entidades ligadas a questão agrária. Este período de transformação política é marcada pela ligação da propriedade da terra à sua função social a partir da promulgação da Constituição de 1988.

O jogo político que se dará no país a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década de 1990 até hoje. Na verdade esse processo – o do ajustamento constrangido – com que o país se defronta a partir da moratória do México em 1982 ainda não terminou. Ele se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários “ajustes macroeconômicos”, que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas. (DELGADO, 2005, 62)

É importante observar que quando ocorre a abertura política no Brasil e nos demais países da América Latina todas as transformações estruturais já haviam sido realizadas no campo e na cidade com o objetivo de garantir a reprodução plena do capital.

A adoção do neoliberalismo, amparado pelo Banco Mundial, teve desdobramentos diferenciados a partir das condições políticas, sociais, econômicas e culturais de cada país da América Latina, mas em geral, acentuou a pobreza no campo e concentração da propriedade de terras. A reação dos camponeses se deve também a inabilidade das classes dominantes em reduzir o campesinato a um simples fator de produção, na tentativa de subjugar os camponeses como classe social. Neste contexto, muitos governos se alinharam a organizações internacionais e instituições financeiras com o objetivo de se desmobilizar aos movimentos sociais. Veltmeyer e Petras (2008)

vão observar que as estratégias de desmobilização da luta pela terra seguiram por diversas frentes:

1. Reforma macroeconômica seguindo as premissas do Banco Mundial da necessidade de “**desenvolvimento humano sustentável**”, preocupada, sobretudo, no problema da pobreza extrema.
2. **Boa governança** e inclusão da sociedade civil como forma de desarticular possíveis forças de oposição e resistência.
3. **Desenvolvimento local** baseado na política do FMI de ação e envolvimento direto do mercado e da solidariedade entre ricos e pobres. Nesta estratégia, capitalismo e democracia se unem com o objetivo de impedir que pobres rurais adentrem nos movimentos sociais, de forma que o desenvolvimento local é garantido por meio de acúmulo de capital social via ação das ONG's.
4. **Reforma de terra assistida e conduzida pelo mercado** foi desenvolvida em fases durante os anos 1990: a) criar ou fortalecer o mercado interno de terras, como ocorreu no México, onde direitos individuais se sobrepuseram aos direitos coletivos; b) criação de mecanismos de mercado para regularização das terras, que ao permitir que os produtores diretos obtivessem escritura legal e a direito a venda das terras acentuou o a concentração da posse de propriedade da terra; c) implantação de bancos rurais por meio de projetos pilotos desenvolvidos pelo Banco Mundial no Brasil que objetivavam o estímulo ao uso de mecanismo de mercado de acesso a terra em lugar da luta de classes, por meio da tática de ocupação de terras utilizada pelo MST.

O caminho para alcançar o pleno desenvolvimento perpassa pela adoção de modelos de crescimento determinados por agentes internacionais como o BID, Banco Mundial, FMI e que geralmente possuem como referência as experiências realizadas nos países mais ricos. A legitimação destes projetos de desenvolvimento é realizada por um amplo processo ideológico que possui seus intelectuais e apoio da grande mídia. O papel da ideologia é justamente

[...] a criação de universais abstratos, isto é, a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das ideias é

abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As ideias da ideologia são, pois, universais abstratos. (CHAUI, 1991, 36)

Na epigrafe acima é possível ver todo o jogo ideológico para legitimar o avanço do capital financeiro no campo por meio da concessão do crédito rural. Enquanto o cantor Almir Sater representa o velho sertanejo, os antigos costumes, ou em outras palavras o atrasado, a cantora Paula Fernandes representa o novo, o belo, o projeto de modernidade para o campo brasileiro. A campanha de marketing da Caixa Econômica Federal é composta por um campo sem sujeitos sociais, onde a imagem do campo modernizado está associada a paisagem do agronegócio com extensas áreas destinadas a monocultura e de mecanização da agricultura.

Como dito anteriormente, o agronegócio tornou-se o modelo único de desenvolvimento para o campo. Com a inserção e ampliação das relações capitalista no campo, o agronegócio passou a dominar desde a produção das elites rurais como também parte significativa da unidade de produção camponesa.

Na Era do Agronegócio, Delgado (2005) vai identificar entre 1983 e 2003 três fases distintas da economia política da questão agrária brasileira. A primeira fase vai de 1983 a 1993, quando a criação de saldos comerciais do setor primário torna-se a alternativa pra crise de endividamento do Brasil. Neste período buscou-se o aumento das exportações com aumento da produção, havendo inclusive a expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. A segunda fase vai de 1994 a 1999, na qual a liquidez da economia internacional faz com que o país abandone a política de geração de saldos da balança comercial com a desregulamentação da política de desenvolvimento agrícola e industrial. Esta política neoliberal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso entra em crise ao final deste mandato com mais um novo endividamento do Brasil. Por fim, a terceira fase compreende o período entre 2000 e 2003. A dívida brasileira cresce após a contração de três empréstimos consecutivos junto ao FMI nos anos de 1999, 2001 e 2003. A necessidade de gerar maiores divisas para saldar compromissos da dívida e(x)terna faz com que o agronegócio ganha ainda mais força nas políticas de Estado

O segundo governo Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram: *i)* um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; *ii)* um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; *iii)* uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas (ver seção 7); e *iv)* a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal) competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido”. (DELGADO, 2003, 67)

Mesmo com a maior abertura do Brasil ao modelo neoliberal e a intensa repressão policial, como os massacres de Corumbiara em 1995 e de Eldorado dos Carajás em 1996, as lutas dos movimentos sociais no campo brasileiro, principalmente o Movimento Sem Terra, impuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso a necessidade de se fazer avançar a reforma agrária no país. Este foi o período em que houve maior quantidade de famílias assentadas no Brasil.

A Era do Agronegócio, analisada por Delgado (2005) até ano 2003, deve ser estendida até 2014 com os dois governos de Luís Inácio “Lula” da Silva e o primeiro mandato da presidenta Dilma Rulff, com forte tendência a manutenção desse modelo em seu próximo governo de 2015 a 2019.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores a presidência do Brasil, o discurso da governabilidade e do pacto de classe em torno de um projeto de desenvolvimento nacional findou com a desmobilização das lutas no campo. Os dois governos Lula são apontados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) como um período de Não Reforma Agrária, inclusive com falseamento dos dados referentes a número de famílias assentadas.

A derrota dos camponeses acampados é muito cara. Não há como explicar que entre aqueles que estão acampados desde 2003, apenas 19% foram assentados (*até 2006*) em termos gerais para o país. Porém, quando se toma os dados regionais, nas regiões do agronegócio, mais de 90% das famílias continuam permanecendo acampadas.

A situação em 2004, não mudou muito, pois apenas 32% das famílias chegaram aos assentamentos. Mas nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul, mais de 80% das famílias tiveram que permanecer debaixo das lonas pretas dos acampamentos.

O quadro de 2005 também não foi diferente, pois já se estima que os acampados tenham chegado à casa dos 230 mil. E lembrar que eles eram 60 mil no último ano do segundo mandato de FHC! (OLIVEIRA, 2007, 172)

Em consonância com o recuo da reforma agrária no Brasil, o governo Lula priorizou e financiou o avanço do agronegócio do país, incorporando, inclusive, a unidade de produção familiar na consolidação desse modelo por meio política muitas vezes dúbia em termos de discursos e ações, mas como claro direcionamento para o mercado.

Ao mesmo tempo, a nova fase de expansão do agronegócio gera a ampliação do “setor de subsistência” – uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária. Sua tradução ao âmbito político não é assunto resolvido. O próprio governo que adota o PNRA e subserve seus diagnósticos promove também uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura. Isto se dá nos moldes do “ajustamento estrangido” previamente analisado. (DELGADO, 2005, 79)

Delgado afirma ainda,

Conquanto a estratégia do agronegócio detenha uma soma desproporcional de recursos de poder para promover seus interesses, seu projeto de expansão, inserido no “ajuste estrangido” do qual ganha poder de impulsão, é por isto mesmo incompatível com um projeto de desenvolvimento nacional. É também impotente para a geração de produção e do emprego potenciais no setor rural, capazes de enfrentar os dilemas atuais da questão agrária e da crise do desemprego no conjunto da economia. (DELGADO, 2005, 80)

Durante os 8 anos do governo Lula, o avanço do capital financeiro no campo ganha contornos mais nítidos com domínio das formas especulativas sobre a produção agrícola nacional. Nesta direção, por meio da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, foi instituído a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA. A LCA foi recebida com bastante entusiasmo pelo mercado financeiro.

Eis que, de repente, os bancos brasileiros descobrem as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). De forma simplificada o título teve seu lançamento no começo de 2005, mas apenas no início deste ano virou

moda entre os investidores. Sua principal vantagem é possuir lastro em produtos físicos, no caso commodities como soja e milho ou mesmo máquinas e equipamentos. Como definição, se trata de um título de crédito nominativo, de livre negociação, que representa uma promessa de pagamento em dinheiro. Em caso de inadimplência, pode ser executado judicialmente. “É como se fosse uma nota promissória, porém com algumas vantagens para o investidor com perfil conservador, mas que gosta de rentabilidades um pouco mais agressivas”, explica o advogado Ricardo Mourão, especialista em títulos de investimento. “O objetivo foi criar um novo instrumento financeiro para o agronegócio se financiar no mercado o que tem dado certo”, analisa o vice-presidente de finanças do banco Pine, Clive Botelho. Segundo especialistas de diversas instituições, a LCA apresenta algumas vantagens: é isenta de Imposto de Renda e não paga IOF, além de possuir renda fixa, a exemplo dos famosos CDBs – Certificados de Depósitos Bancários. “De forma geral, a LCA tem dado muito mais retorno do que os CDBs”, explica o diretor de investimentos privados do Itaú, Paulo Cochaki. Em média, a rentabilidade da LCA fica em torno de 85% a 90% de CDB (Cédula de Depósito Bancário), calculada em 103% num prazo de dois anos. Mas, como não paga Imposto de Renda nem IOF, o resultado tem sido atraente. (DINHEIRO RURAL, 2014)

Com subsídios do Estado e isentos de alguns impostos, a LCA alcança em pouco tempo um rápido crescimento. Durante o primeiro ano de circulação a LCA movimentou R\$ 34 milhões, mas já em 2008 representava um volume financeiro de R\$ 9 bilhões.

Esta submissão do Estado brasileiro ao mercado financeiro permanece inalterada durante o primeiro governo Dilma, havendo previsão de uma política ainda mais conservadora em seu segundo mandato diante das alianças com setores do agronegócio e com senadores e deputados que compõem a bancada ruralista, a exemplo da Senadora Katia Abreu, indicada para comando do Ministério da Agricultura.

2.3 – A agricultura pautada na esfera da acumulação financeira

E quer isto connosco associar-se!
Onde a ciência em nós começa apenas,
a de homens deu em seco.
Ambicionaras
seguir-me o voo, e mal batemos asas,
já se te oira o juízo e caís.
Busquei-te,
ou buscaste-me tu?
Fausto, Goethe.

Para o Banco Mundial, o modelo do agronegócio é o único capaz de gerar desenvolvimento no campo. (MONTENEGRO, 2008) Assegurar as condições para a

realização das relações capitalistas no campo através da geração de emprego e renda conduz o Brasil a redução da pobreza e maior equidade social. Desta forma, o modelo do agronegócio se faz em contraposição ao modelo da agricultura camponesa onde o domínio do valor de uso media a troca para satisfação das suas necessidades de sobrevivência pautadas socialmente: ou seja, $M - D - M$. Enquanto que para o agronegócio ocorre uma monetarização das relações de intercâmbio, rompendo com a lei da troca equivalente ao primar o valor e obter maior lucro na relação $D - M - D'$.

É importante notar ainda que diferentemente da produção industrial que pode ser realizada quase que de forma ininterrupta, existe na produção agrícola um período de descontinuidade. Este período ocorre dentro da fase de produção no período de interrupção do uso da força de trabalho e na paralisa temporária do capital de giro que financiou a produção desde a primeira etapa, que pode ser o preparo do solo até a venda que vai fazer a mercadoria realizar o seu valor com o fechamento do ciclo. A segunda paralisa ocorre no período entre um ciclo e outro de produção, quando não é possível renovar de forma imediata o processo, a exemplo do período entre safras.

Com o capital financeiro é possível transpor artificialmente estas etapas por meio da especulação da produção que ainda não foi nem iniciada. Esta forma de valorização da produção agrícola é chamada de *commodities*, que pode ser definida como “*formas capitalistas de ‘transporte’ no tempo das mercadorias, ou ainda, de tornar continuamente reversíveis as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil*” (DELGADO, 1985). Assim, é possível obter lucros da produção agrícola mesmo em períodos de interrupção do processo.

Stédile (2013) destaca que o capital financeiro controla a agricultura através: a) do excedente de capital financeiro que possibilita aos bancos comprarem ações de diferentes empresas que atuam em ramos diferenciados ligados a agricultura (comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas, etc.); b) da dolarização da economia mundial; c) do livre comércio imposto pela OMC, FMI e Banco Mundial; d) da dependência do crédito bancário que por meio das taxas de juros e de manutenção da dívida permite a extração indireta de mais-valor e a captura de parte da renda da terra; e) abandono das políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. f) políticas neoliberais de subsídios para a grande produção capitalista – isenções fiscais nas exportações e importações e na

aplicação de taxas de juros favoráveis a agricultura capitalista. g) controle das empresas transnacionais na produção e comércio agrícola nacional.

Sob a égide do agronegócio, o capital financeiro assume o controle do desenvolvimento do campo brasileiro,

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo. (CONCEIÇÃO, 2013, 83)

Nesta direção, a integração do capital financeiro com a agricultura compreende o fortalecimento de um sistema de crédito rural e de mecanismos de incentivos fiscais e financeiros do Estado, intensificação de relações interindustriais e transformação no mercado de terras (DELGADO, 1986).

A concessão de crédito que antes ficava restrita as grandes empresas, aos conglomerados agroindustriais e detentores de extensas áreas de terra, a partir da reivindicação dos movimentos sociais passou a ser destinada a produção familiar pelo viés de políticas públicas. Para tanto, o Estado consegue transformar o que seria uma conquista social em mais uma forma de subsunção do trabalho ao capital. Assim, afirma Rodrigues,

Políticas Públicas para o campo passaram a incorporar novas estratégias, algumas modificações em termos de concepção, estruturação, formas de implementação e incorporação de novos sujeitos objetos, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada a margem das políticas do Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro. (2012, 94)

Ao investigar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Rodrigues vai observar todas as alterações desta política pública com o objetivo de abarcar um número cada vez maior de sujeitos no campo através da diversificação das linhas de crédito que além dos pequenos produtores atende também,

[...] as famílias de agricultores assentadas via crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades

quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural. (2012, 94)

Funcional a lógica do capital, o Estado gesta políticas de (des)envolvimento para o campo, valendo-se ora da ideia de atraso, ora do signo do progresso. No Brasil, o semiárido nordestino recebeu grande volume destas políticas redentoras, dentre elas, as políticas assistencialistas compensatórias implantadas como forma de combate a pobreza possibilitaram o avanço do capitalismo no campo (CONCEIÇÃO, 2007). Estas políticas, na medida em que eram regulados por organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Banco Mundial, atendiam ao projeto de um “novo rural brasileiro”.

Para Graziano da Silva (1997), o avanço da modernização gerou profundas mudanças no campo, decorrente do “novo paradigma técnico-industrial” oriundo das transformações ocorridas nos países de capitalismo avançado.

Se a política de crédito diversificou-se para atender as demandas locais por empréstimos, generalizou-se toda realidade do campo a luz da teoria do “Novo Rural” como norte para desenvolvimentos das políticas públicas do Estado para o campo. A pequena produção familiar passa a ser gestada sob os moldes do agronegócio, integrada ao interesse das grandes corporações multinacionais no fomento a cadeia agrícola para geração de *commodities*.

Faz-se necessário para a ordem do capital homogeneizar e hegemonizar seu discurso por meio de uma agenda de intervenções fomentada por diferentes instituições e entidades, como forma de dissimular a relação Estado-capital-trabalho. O papel de difundir por meio de eventos e programas de assessoria o desenvolvimento territorial rural foi implantado na América Latina pela Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina (FODEPAL) (MONTENGERO, 2008). Estas entidades juntamente com o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) criaram um Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural na América Latina que atua por meio de pressões políticas, econômicas e ideológicas na adoção do modelo do agronegócio (MONTENGERO, 2008).

Para tanto, o Plano Nacional de Ordenamento Territorial surge justamente para retirar todas as barreiras para a acumulação do capital via inserção do capital financeiro, destituindo os poderes locais de estados e municípios e formando um “pacto social” para gestão do território. O PNOT entrega os territórios para o controle do setor privado e ajusta o país às demandas do mercado internacional. O PNOT propõe como conceito de ordenamento territorial

A regulação de tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados. (BECKER, 2005, 61)

O PNOT surge para ajustar o país às demandas provenientes da globalização, visando o crescimento das exportações, via controle do setor privado, na garantia da melhor circulação de mercadorias, além de garantir um maior controle ideológico da classe dominada valendo-se do discurso de gestão participativa. É importante afirmar que, o ordenamento territorial é *“instrumento de planejamento e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado”* (MI apud RÜCKERT, 2007,4).

Esse também é o princípio básico do pensamento capitalista. Destruição imposta. Velhas indústrias têm que ser impiedosamente eliminadas. Novos mercados têm de ser disputados a força. Velhos mercados devem ser reexplorados. Destruir o passado, criar o futuro. (DELILLO, 2003, 1993).

O capital se move no campo em seu processo de territorialização expandindo-se espacialmente na produção da monocultura exportadora para o agronegócio, promovendo a violência principalmente nas áreas de fronteira agrícola onde avança sobre territórios indígenas, quilombola, camponês e extrativista. Concomitante, a violência velada do sistema de crédito é hoje uma das principais formas de subordinação da unidade de produção familiar a lógica do agronegócio, na produção da monocultura nas áreas de campesinato, pequenos produtores e de assentamento em detrimento a produção de subsistência e de alimentos para abastecer o mercado interno. O uso dos insumos agrícolas e a quase que eliminação das sementes criolas para o uso obrigatório dos transgênicos fazem a unidade de produção familiar ainda mais dependente e subordinada de empréstimos aos bancos.

ATO III - AS ARMADILHAS DO CAPITAL FINANCEIRO NO TASS E A PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Circunscrito na dinâmica do capital em suas diferentes escalas global, nacional, regional e local, e também inserido no Plano de Desenvolvimento Territorial proposto pelo Governo Federal, Sergipe tem acompanhado a expansão do agronegócio em todo o estado.

Seja por meio da territorialização do capital ou pela monopolização da produção, tornando a produção agrícola subsumida aos interesses do mercado, o avanço do agronegócio vem acompanhada por transformações no campo, com graves consequências sociais e ambientais.

O agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias e intensificado o desemprego no campo. Intensificando a precarização do trabalho através da superexploração das horas de trabalho. O modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos. (CONCEIÇÃO, 2011, 2)

Dentre os principais cultivos ligados ao agronegócio em Sergipe destacam-se a produção de cana de açúcar, de laranja e de milho. Com mais de 700 mil toneladas de grãos e 161.289 hectares plantados em 2013 (IBGE, 2014), a produção de milho ganhou destaque, tornando o estado o segundo maior produtor do Nordeste, perdendo apenas para o estado da Bahia.

A janela aberta pelos Estados Unidos, que vem expandindo a produção de etanol à base de milho, e o avanço das importações chinesas, valorizam o cereal, incentivando a expansão das lavouras brasileiras. Entre 2005 e 2010, a produção nacional cresceu 58%, atingindo no ano passado pouco mais de 55,6 milhões de toneladas. Na mesma comparação, Sergipe registrou um salto de 413%, segundo números da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE. (AGROCIM, 2011)

Como é possível observar na tabela a seguir, a previsão para 2014 é que haja um crescimento ainda maior nesse ano na produção milho, passando a ocupar uma área de

mais de 180 mil hectares, com safra esperada para acima de 762 mil toneladas de grãos. Em contrapartida, a produção de tomate e de feijão estima-se uma drástica redução da área de cultivo, bem como da quantidade produzida.

**Área plantada (hectares) e produção (toneladas) por ano da safra
e tipo de cultivo, Sergipe, 2013-2014.**

	Área plantada (Hectares)		Produção	
	Safra 2013	Safra 2014*	Safra 2013	Safra 2014*
Abacaxi (Mil frutos)	1275	960	19080	14765
Amendoim (2ª Safra) (Toneladas)	1368	1077	2397	1784
Arroz (Toneladas)	4693	5799	30891	39994
Banana (Toneladas)	3420	2963	37494	35312
Cana-de-açúcar (Toneladas)	55430	53756	3087048	3037432
Coco-da-baía (Mil frutos)	39732	39031	240855	239667
Feijão (2ª Safra) (Toneladas)	25359	13799	17886	10899
Fumo (Toneladas)	432	412	619	536
Laranja (Toneladas)	59709	55091	626440	623018
Mandioca (Toneladas)	55872	55374	433723	416126
Milho (2ª Safra) (Toneladas)	161154	180618	700902	762464
Tomate (Toneladas)	155	40	2596	673

*Estimativa do IBGE para Safra 2014.

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2014.

Org: SANTANA SILVA, José Danilo, 2014.

Em 2010, o IBGE já havia divulgado que a produção do milho em Sergipe tinha obtido o segundo maior crescimento no país, em primeiro lugar ficou o Mato Grosso do Sul. A produção sergipana de milho obteve um rendimento de R\$ 335 milhões, superando a produção da laranja que foi de R\$ 223 milhões e da cana-de-açúcar que somou R\$ 188 milhões.

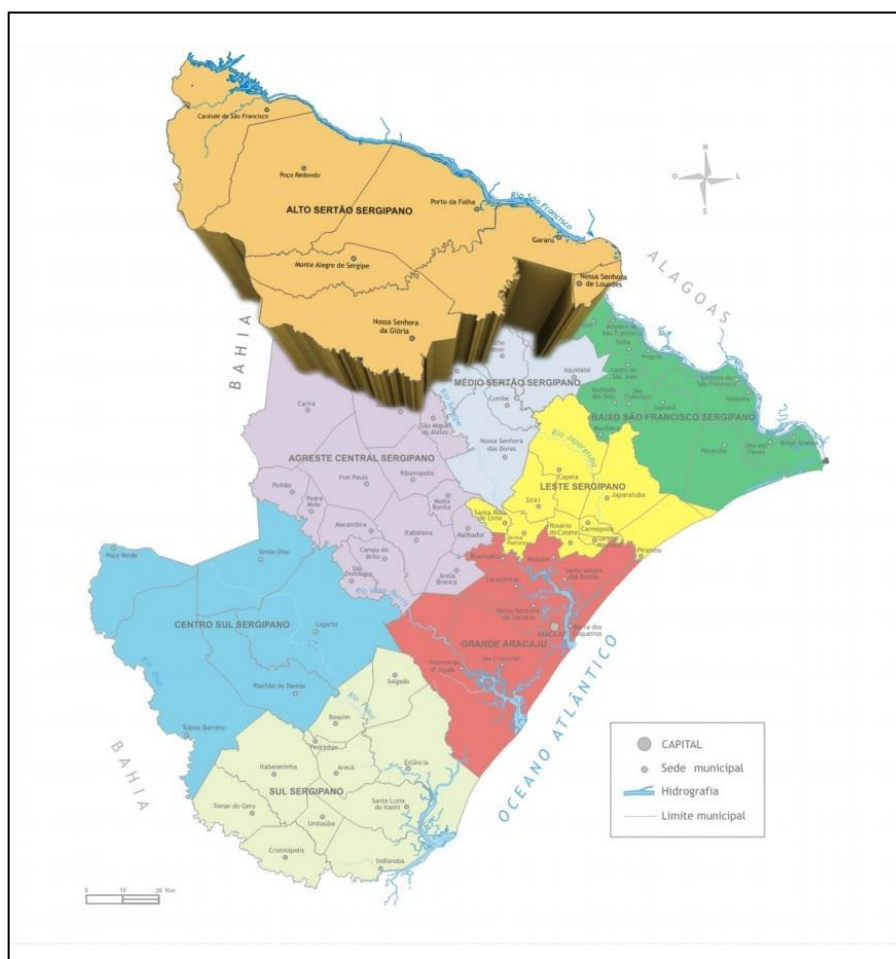
Este crescimento da produção do milho em Sergipe foi alicerçado pelo Governo do Estado através do Programa de Aquisição e Distribuição de Sementes e do Programa de Mecanização Agrícola que disponibilizou mais de 75 mil horas de trator para o preparo da terra (ASN, 2014). O objetivo do Governo do Estado tem sido o de consolidar a cultura do milho dentro de uma cadeia produtiva voltada para o mercado, deixando de ser assim uma produção de autonomia familiar.

O desenvolvimento da produção de milho está associado ainda ao grande volume de empréstimos destinados a esse cultivo, desenvolvendo assim toda cadeia produtiva ligada ao setor, a exemplo do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos.

O gerente da Monsanto para as regiões Sudeste e Nordeste, Paulo Giacheti, confirma que os negócios em Sergipe estão em alta. No próximo dia 7 de dezembro, diz ele, será apresentada aos produtores locais a segunda geração do milho transgênico. Futuramente deverão ser lançadas sementes de milho adaptadas às características da região. (AGROCIM, 2011)

Por meio desses incentivos, o cultivo de milho passou a expandir também no Território do Alto Sertão Sergipano (TASS), composto por sete municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.

Território do Alto Sertão Sergipano (TASS)



Fonte: Superintendência de Estudos e Pesquisas do Governo do Estado de Sergipe, 2013.

O TASS é marcado pela presença dos Movimentos Sociais, com grande número de assentamentos de reforma agrária. Assim, as formas de dominação do capital neste território estão associadas em grande parte às diferentes estratégias de subordinação da unidade de produção familiar.

Para o desenvolvimento desta dissertação fizemos pesquisa de campo em povoados e assentamentos dos municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, onde houve a aplicação de 55 questionários com o objetivo de obter dados quantitativos e qualitativos.



3.1 - As diferentes faces do capital financeiro no TASS

O TASS destaca-se no Estado de Sergipe pelo desenvolvimento da pecuária do leite, sendo considerada a bacia leiteira do estado.

Produção de Leite (mil litros) Sergipe, Território do Alto Sertão Sergipano (TASS) e Municípios do TASS, 2002 – 2012.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Canindé de São Francisco	4462	7170	8984	10601	13965	15309	16485	19320	19635	22634	20202
Gararu	4405	6244	7500	9600	13419	13892	14982	17616	18585	19696	18314
Monte Alegre de Sergipe	4620	6150	7300	8395	12170	11312	12495	13587	15015	15636	13766
Nossa Senhora da Glória	7500	10800	13120	21060	28980	32256	32787	34883	36198	39108	35910
Nossa Senhora de Lourdes	2145	2940	3410	4024	5387	4788	5446	6204	6264	7362	6483
Poço Redondo	5775	8680	10080	16380	25137	26394	26534	29486	30912	30954	29047
Porto da Folha	6463	9280	10880	18540	25893	25628	26607	30639	30702	33726	29227
Território do Alto Sertão Sergipano - TASS	35370	51264	61274	88600	124951	129579	135336	151735	157311	169116	152949
Sergipe	112168	139003	156989	191306	242568	251624	259700	286568	296650	315968	298516

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2012.

Org: SANTANA SILVA, José Danilo, 2013

Conforme a tabela acima, no período de 2002 a 2006, o município de Nossa Senhora da Glória teve um crescimento de mais de 350% de sua produção de leite. No mesmo período, os municípios de Poço Redondo e Porto da Folha tiveram o ritmo de crescimento similar a Nossa Senhora da Glória, ultrapassando a marca de 25000 mil litros de leite/ano.

A criação de Políticas Públicas, como o Programa do Leite, e a instalação de fábricas de laticínios de médio porte, fizeram com que a demanda de leite aumentasse. Nossa Senhora da Glória chega em 2012 com a marca de mais de 36000 mil litros de leite/ano, atingindo o ápice de produção no ano seguinte com quase 40000 mil litro de leite produzido durante o ano. Entre 2009 e 2012, a produção de leite no território do Alto Sertão correspondeu a mais de 50% da produção de todo o estado.

O Alto Sertão além de ser a maior referência da produção de leite, mas também pela existência das fabriquetas de queijos, feitos na maioria das vezes de forma artesanal.

É importante frisar também que 70% da produção de leite no Alto Sertão é realizada pela unidade de produção familiar. (PLANO DO ALP DO LEITE, 2008)

No documento “Plano de Desenvolvimento do APL da Pecuária do Leite” (2008), a superação da informalidade via assistência técnica, empreendedorismo e investimento em pesquisa é um dos desafios para o desenvolvimento local. O analfabetismo também é visto como um ponto negativo, sendo necessária a capacitação dos produtores.

O Governo do Estado de Sergipe tem atuado na fiscalização das fábricas clandestinas, sob a alegação da necessidade de garantir a qualidade do leite, bem como a produção de seus derivados. A vigilância sanitária tem apertado o cerco sobre essas fabriquetas fechando inclusive as que não se adequam ao que eles determinam na sua normatização. Menezes (2009) observa que no período entre 2000 a 2009 houve uma redução no número de fabriquetas em Sergipe, para a autora,

Percebe-se uma redução no número de fabriquetas no Estado de Sergipe, com cerca de 36 unidades de produção (...). Vale reportar, no ano de 2000 não existia nenhuma empresa formalizada, e o laticínio União estava operando em sua fase inicial. A única alternativa, principalmente para o agricultor familiar, consistia nas fabriquetas de queijo. Atualmente, essas fabriquetas de queijo concorrem com as indústrias instaladas no território e conseguem elevar em 91,23% o volume de leite coletado e beneficiado produzindo uma variedade às inovações. Embora tenha ocorrido a captura de parte dessas unidades de produção pelo mercado formal, outras desterritorializadas, verifica-se que essa problemática evidenciada nos referidos municípios não consegue eliminar as fabriquetas de queijo. (2009, 204)

A referente autora conforme levantamento das fabriquetas de queijo observa que das 36 fabriquetas extintas no estado, metade estavam situadas no TASS. Dessa forma, passando em 2009 para a existência de 103 fabriquetas.

Atualmente, do total das fabriquetas existentes em todo o território do TASS, apenas duas não foram enquadradas no projeto de desenvolvimento da cadeia produtiva, para financiamento do BNB com o objetivo de transformar a fabriqueta numa indústria conforme os padrões dos selos SIE (Sistema de Inspeção Estadual) e do SIM (Sistema de Inspeção Municipal). No discurso da inclusão e desenvolvimento tecnológicos, o Estado beneficia apenas 02 produtores, já enquadrados na lógica de mercado, e joga à

marginalização mais de uma centena de fabricantes de queijo, sobretudo as mais ligadas a produção familiar.

Na medida em que a produção de queijo se moderniza para atender as recomendações da vigilância sanitária, o processo de subordinação ao mercado cresce. O custo para atender as normas é alto, sendo necessário como se pode constatar, a construção de toda uma nova infraestrutura e a aquisição de equipamentos, além da disponibilidade de um terreno amplo.

Neste sentido, no discurso do desenvolvimento da cadeia produtiva como norteador da melhoria da qualidade de vida no campo, o capital, por meio das leis emanadas do Estado, trama a subordinação condenando a destruição a unidade de produção familiar.

Além da produção de leite, o agronegócio do milho tem se desenvolvido e tomado áreas cada vez maiores no Território/TASS. O governo federal tem incentivado a produção de milho no país, atuando no aumento do preço do valor do milho juntamente com o escoamento da produção no mercado nacional e internacional.

Quantidade produzida de milho em grãos (Toneladas)
Sergipe, Território do Alto Sertão Sergipano (TASS) e
Municípios do TASS, 2002 – 2012

Unidade da Federação e Município	ANO										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Canindé de São Francisco	210	100	245	3600	4500	3600	960	3000	3000	300	-
Gararu	1320	560	1400	6300	8100	6300	5600	8000	8000	3840	375
Monte Alegre de Sergipe	480	2000	3000	10000	12000	11000	8000	13728	13728	6240	663
Nossa Senhora da Glória	945	4000	4800	16000	18000	17000	12600	23760	30400	14630	1380
Nossa Senhora de Lourdes	768	520	1800	2250	2250	1800	1500	1600	1600	200	96
Poço Redondo	168	350	840	9000	6240	4200	3200	6000	10200	1350	200
Porto da Folha	399	560	1920	10200	9180	5000	4500	9350	10200	3000	200
Território do Alto Sertão Sergipano - TASS	4290	8090	14005	57350	60270	48900	36360	65438	77128	29560	2914
Sergipe	38380	86595	136317	205577	184908	237129	584786	703294	750718	480476	290575

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2012.

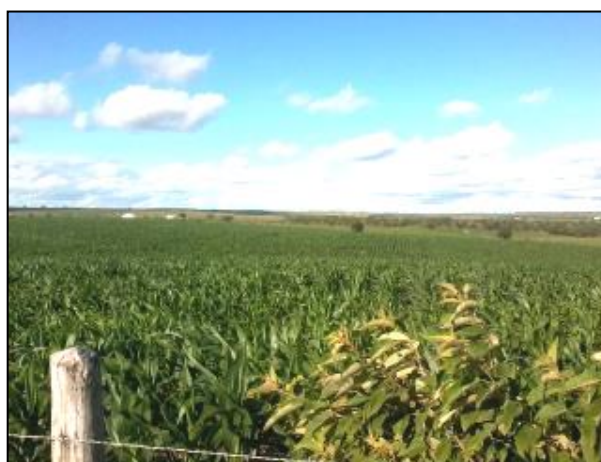
Org: SANTANA SILVA, José Danilo, 2013.

Devido às intempéries climáticas e a política de crédito disponibilizada a cada ano ocorre uma grande oscilação na produção de milho no TASS, conforme observação obtida durante o período estudado. A produção atingiu o seu auge em 2010, com a produção de mais de 77000 mil toneladas de grão de milho, porém declinou nos dois seguintes anos para menos da metade dessa produção, devido a forte estiagem em todo sertão de Sergipe. Nesse ano de 2010, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo atingiram os maiores índices de produção, com destaque ao primeiro município que alcançou mais de 30000 mil toneladas de grão, sendo responsável por quase metade da produção do território.

No período compreendido conforme tabela exposta, entre os anos de 2011 e 2012, houve em muitas áreas do TASS perda de parte da produção devido a estiagem. Nos municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, vários foram os relatos de perda, estimando-se mais de 70% da produção.

É importante observar que a produção de milho que antes estava ligada a autonomia da unidade de produção familiar - seja para alimentação da família, manutenção do rebanho e das aves ou venda do excedente – atualmente se encontra atrelada ao agronegócio, com a destinação de grandes áreas para a plantação desse cultivo (conforme pode ser observado na figura abaixo), com a utilização de maquinário de alta tecnologia.

**Monopólio do Milho: visão da Rodovia Mário Jorge Motta Melo,
que liga os municípios de Nossa Senhora da Glória e Carira.**



Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2011

Desta forma, a produção do milho é direcionada em grande parte para abastecer o mercado de ração de porco e de aves, sendo as sementes beneficiadas nas indústrias do Ceará e principalmente de Pernambuco.

Mesmo em áreas de assentamentos, a figura do atravessador também aparece como responsável pela compra do excedente da produção do milho. Esta cadeia produtiva engloba desde a produção de sementes e aquisição de sementes, sobretudo transgênicas, uso de fertilizantes e agrotóxicos, com a monopolização de grandes áreas e aquisição ou contratação de serviços ligados ao processo de mecanização do campo, a exemplo o uso de tratores e colhedeiras.

Já é possível observar nos municípios do TASS um crescimento do número de estabelecimentos comerciais voltados à venda de maquinários destinados a produção agropecuária, principalmente a produção do milho.

Trator com Pulverizador



Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Estabelecimento de venda de produtos para produção agropecuária



Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Durante a realização das entrevistas na pesquisa de campo, os donos desses estabelecimentos comerciais declararam que há um rápido e constante crescimento deste mercado, com destaque para a compra de sementes transgênicas, e de agrotóxicos. A carência de dados oficiais dificulta uma análise mais acurada sobre a inserção desses produtos no campo sergipano e especialmente no TASS.

De acordo com o MAPA (Ministério de Agricultura, Produção e Abastecimento) a legislação brasileira não é obrigada a fiscalizar o consumo de sementes transgênicas, possuindo dados apenas relacionados à sua produção. (MAPA, 2014) Assim, recebemos a informação deste ministério que no TASS não houve a produção de sementes transgênicas nos últimos anos. Da mesma forma, a fiscalização e informação do consumo de agrotóxicos fica restrita a Emdagro, que por sua vez também não apresentou dados oficiais referentes a quantidade utilizada no território.

Em suma, o desenvolvimento de toda cadeia produtiva voltada para o agronegócio é fomentada por todo mercado de crédito rural, que engloba outras atividades

de agricultura e pecuária em consonância com as políticas de Estado e os ditames do capital internacional.

3.2 – Os agentes do capital financeiro no TASS

A atuação do capital se traveste em diferentes formas de atuação e processos de subordinação da produção do campo, desde as grandes propriedades até as áreas de domínio da unidade de produção familiar. Como explicamos no primeiro capítulo, o avanço do capital financeiro se deve inicialmente ao desenvolvimento do sistema de crédito, garantindo a reprodução ampliada do capital de forma real e fictícia.

Crucial para o avanço do agronegócio no campo, o crédito rural financiou o processo de modernização no campo. Esta modalidade de empréstimo estava disponível inicialmente para os grandes produtores, e para as grandes propriedades, porém nos últimos anos atende a todo o campo brasileiro.

No TASS, o financiamento para (des)envolvimento do campo tem crescido ano após ano, tornando os produtores rurais cada vez mais dependentes dessas operações de crédito.

**Financiamento concedido a produtores e cooperativas por finalidade (agrícola e pecuária), Sergipe,
Território do Alto Sertão Sergipano (TASS) e Municípios do TASS, 2002-2012.**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO											
AGRICULTURA	1.830.643,43	2.336.506,38	858.183,95	2.381.298,79	1.040.157,13	382.608,19	630.026,92	639.830,75	1.040.416,20	1.283.465,76	1.432.654,20
PECUÁRIA	1.171.184,20	262.233,88	2.425.111,04	1.497.716,62	362.905,42	282.456,38	214.875,72	997.052,20	773.516,11	564.930,13	688.093,93
TOTAL	3.001.827,63	2.598.740,26	3.283.294,99	3.879.015,41	1.403.062,55	665.064,57	844.902,64	1.636.882,95	1.813.932,31	1.848.395,89	2.120.748,13
GARARU											
AGRICULTURA	300.320,10	277.042,69	551.190,63	986.268,48	934.517,54	1.312.112,27	1.272.445,55	1.256.934,16	1.613.170,75	2.427.601,26	4.639.977,20
PECUÁRIA	515.153,23	723.236,38	1.750.786,96	1.423.615,98	3.015.270,88	3.605.335,23	3.536.854,23	3.567.260,02	5.185.289,38	4.140.261,32	7.400.573,22
TOTAL	815.473,33	1.000.279,07	2.301.977,59	2.409.884,46	3.949.788,42	4.917.447,50	4.809.299,78	4.824.194,18	6.798.460,13	6.567.862,58	12.040.550,42
MONTE ALEGRE DE SEGIPE											
AGRICULTURA	447.664,50	293.778,79	341.121,01	1.338.235,38	1.188.321,13	828.150,27	1.607.029,69	1.518.383,78	2.934.513,08	3.151.596,55	6.067.321,08
PECUÁRIA	850.076,00	229.530,73	173.643,34	1.612.327,61	2.548.246,05	991.608,63	578.492,70	568.580,33	859.642,37	926.226,24	3.202.006,19
TOTAL	1.297.740,50	523.309,52	514.764,35	2.950.562,99	3.736.567,18	1.819.758,90	2.185.522,39	2.086.964,11	3.794.155,45	4.077.822,79	9.269.327,27
NOSSA SENHORA DA GLORIA											
AGRICULTURA	178.743,41	816.507,24	769.485,25	1.776.830,07	2.480.884,20	1.732.018,56	3.095.935,52	5.006.816,98	5.197.868,10	7.672.812,36	6.805.008,85
PECUÁRIA	536.558,38	817.648,37	908.652,49	2.909.120,73	4.273.542,68	2.769.848,56	1.296.408,11	2.785.773,74	2.224.420,67	2.095.325,25	12.433.119,51
TOTAL	715.301,79	1.634.155,61	1.678.137,74	4.685.950,80	6.754.426,88	4.501.867,12	4.392.343,63	7.792.590,72	7.422.288,77	9.768.137,61	19.238.128,36
NOSSA SENHORA DE LOURDES											
AGRICULTURA	375.777,00	164.187,10	100.823,86	88.313,72	217.791,77	222.205,37	290.520,59	126.134,41	165.525,71	300.505,33	793.708,82
PECUÁRIA	221.252,05	215.846,33	852.603,98	691.742,37	1.094.069,34	1.169.572,71	1.125.544,41	952.742,56	1.239.182,85	1.353.324,47	2.008.810,25
TOTAL	597.029,05	380.033,43	953.427,84	780.056,09	1.311.861,11	1.391.778,08	1.416.065,00	1.078.876,97	1.404.708,56	1.653.829,80	2.802.519,07
POÇO REDONDO											
AGRICULTURA	1.338.916,10	944.618,50	1.477.324,98	2.379.315,28	1.148.505,66	494.166,02	1.359.502,23	1.036.249,92	1.036.592,66	1.713.015,33	3.012.667,82
PECUÁRIA	416.974,97	283.704,15	1.123.255,28	1.557.235,80	2.103.979,84	1.137.832,02	589.758,07	1.677.439,24	1.258.772,48	1.644.265,68	3.491.825,72
TOTAL	1.755.891,07	1.228.322,65	2.600.580,26	3.936.551,08	3.252.485,50	1.631.998,04	1.949.260,30	2.713.689,16	2.295.365,14	3.357.281,01	6.504.493,54
PORTO DA FOLHA											
AGRICULTURA	1.959.750,10	2.563.119,34	3.844.351,42	4.460.053,65	4.835.949,05	2.625.127,26	5.562.097,59	2.029.326,02	5.122.613,00	2.845.425,23	4.512.937,74
PECUÁRIA	1.516.934,60	1.204.815,58	3.502.062,84	5.561.031,13	6.386.746,94	3.313.250,03	3.558.550,93	6.008.684,65	6.396.883,77	5.609.684,87	6.885.270,61
TOTAL	3.476.684,70	3.767.934,92	7.346.414,26	10.021.084,78	11.222.695,99	5.938.377,29	9.120.648,52	8.038.010,67	11.519.496,77	8.455.110,10	11.398.208,35

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

AGRICULTURA	6.431.814,64	7.395.760,04	7.942.481,10	13.410.315,37	11.846.126,48	7.596.387,94	13.817.558,09	11.613.676,02	17.110.699,50	19.394.421,82	27.264.275,71
PECUÁRIA	5.887.592,66	3.737.015,42	10.736.115,93	15.252.790,24	19.784.761,15	13.269.903,56	10.900.484,17	16.557.532,74	17.937.707,63	16.334.017,96	36.109.699,43
TOTAL	11.659.948,07	11.132.775,46	18.678.597,03	28.663.105,61	31.630.887,63	20.866.291,50	24.718.042,26	28.171.208,76	35.048.407,13	35.728.439,78	63.373.975,14

SERGIPE

AGRICULTURA	27.836.760,05	42.164.300,38	45.348.637,12	68.485.998,50	135.200.026,27	90.726.958,84	151.402.811,54	161.346.603,91	241.187.110,70	214.569.132,81	213.622.556,65
PECUÁRIA	19.784.990,28	25.491.466,37	46.841.000,64	70.316.175,45	87.125.366,46	74.254.864,09	61.016.302,44	71.724.575,12	90.205.103,32	103.235.370,84	131.487.312,22
TOTAL	47.621.750,33	67.655.766,75	92.189.637,76	138.802.173,95	222.325.392,73	164.981.822,93	212.419.113,98	233.071.179,03	331.392.214,02	317.804.503,65	345.109.868,87

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil, 2002-2012.

Org: Santana Silva, José Danilo, 2014.

De maneira geral podemos observar na tabela acima que os financiamentos concedidos possuem um rápido crescimento entre 2002 e 2006, acompanhando a política nacional do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva de investimentos por meio da concessão de crédito aos vetores de desenvolvimento da economia brasileira, dentre elas a gestão campo brasileiro a partir o modelo do agronegócio.

Entre 2005 e 2006 o volume de financiamento no TASS e no Estado de Sergipe possui um crescimento significativo, mas já no ano seguinte, em 2007 apresenta uma drástica redução. Estas oscilações a partir de 2006 podem ser explicadas em parte devidos as próprias flutuações do mercado internacional que começa apresenta os primeiros sinais da crise mundial que instaura mundialmente em 2010 a partir do estoura da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Mesmo com as adversidades internacionais, o crescimento do crédito é retomado em 2008 e se mantém até 2012.

Apenas o município de Canindé do São Francisco não consegue recuperar o pico de investimento obtido em 2005. Mesmo sendo um dos municípios mais importante do TASS, devido ao seu acelerado crescimento econômico fruto dos royalties da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), o município de Canindé do São Francisco fica em último lugar em volume de investimentos neste território.

É importante observar também que entre 2011 e 2012 os investimentos na pecuária dão um salto substancial, a exemplo do município de Nossa Senhora da Glória que sai de 2 milhões de reais para um investimento de mais de 12 milhões neste período. Este município recebe juntamente com o município de Porto da Folha a maior parte dos investimentos no território.

Na tabela a seguir é possível observar o direcionamento dos investimentos no setor agropecuário no TASS no ano de 2012, dando assim maior materialidade aos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.

**Financiamento concedido a produtores e cooperativas por finalidade (agrícola e pecuária), Sergipe, Território do Alto Sertão
Sergipano (TASS) e Municípios do TASS, 2002-2012.**

92

	FINALIDADE						TOTAL	
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			
	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
CANINDE DE SAO FRANCISCO								
AGRICOLA	81	666.958,80	211	765.695,40	0	0,00	292	1.432.654,20
PECUÁRIA	9	92.564,37	219	595.529,56	0	0,00	228	688.093,93
TOTAL	90	759.523,17	430	1.361.224,96	0	0,00	520	2.120.748,13
GARARU								
AGRICOLA	145	1.126.290,85	905	3.513.686,35	0	0,00	1.050	4.639.977,20
PECUÁRIA	501	2.570.806,02	1624	4.829.767,20	0	0,00	2.125	7.400.573,22
TOTAL	646	3.697.096,87	2529	8.343.453,55	0	0,00	3.175	12.040.550,42
MONTE ALEGRE DE SEGIPE								
AGRICOLA	180	3.066.011,56	710	3.001.309,52	0	0,00	890	6.067.321,08
PECUÁRIA	7	67.148,49	1046	3.134.857,70	0	0,00	1.053	3.202.006,19
TOTAL	187	3.133.160,05	1756	6.136.167,22	0	0,00	1.943	9.269.327,27
NOSSA SENHORA DA GLORIA								
AGRICOLA	231	4.309.738,97	644	2.495.269,88	0	0,00	875	6.805.008,85
PECUÁRIA	9	169.020,24	1330	4.302.074,71	6	7.962.024,56	1.345	12.433.119,51
TOTAL	240	4.478.759,21	1974	6.797.344,59	6	7.962.024,56	2.220	19.238.128,36
NOSSA SENHORA DE LOURDES								
AGRICOLA	17	146.220,51	185	647.488,31	0	0,00	202	793.708,82
PECUÁRIA	79	447.370,43	472	1.561.439,82	0	0,00	551	2.008.810,25
TOTAL	96	593.590,94	657	2.208.928,13	0	0,00	753	2.802.519,07
POCO REDONDO								
AGRICOLA	33	612.979,74	996	2.399.688,08	0	0,00	1.029	3.012.667,82
PECUÁRIA	138	795.995,73	799	2.695.829,99	0	0,00	937	3.491.825,72
TOTAL	171	1.408.975,47	1795	5.095.518,07	0	0,00	1.966	6.504.493,54
PORTO DA FOLHA								
AGRICOLA	65	949.865,20	769	3.408.905,54	1	154.167,00	835	4.512.937,74
PECUÁRIA	451	2.471.073,16	1216	4.414.197,45	0	0,00	1.667	6.885.270,61
TOTAL	516	3.420.938,36	1985	7.823.102,99	1	154.167,00	2.502	11.398.208,35

	FINALIDADE						TOTAL	
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			
	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)

**TERRITÓRIO DO ALTO
SERTÃO SERGIPANO - TASS**

AGRICOLA	752	10.878.065,63	4420	16.232.043,08	1	154.167,00	5.173	27.264.275,71
PECUÁRIA	1194	6.613.978,44	6706	21.533.696,43	6	7.962.024,56	7.906	36.109.699,43
TOTAL	1946	17.492.044,07	11126	37.765.739,51	7	8.116.191,56	13.079	63.373.975,14

SERGIPE

AGRICOLA	5.626	119.597.028,57	11.292	50.477.551,92	65	43.547.976,16	16.983	213.622.556,65
PECUÁRIA	1.956	20.167.528,89	25.843	101.495.334,49	13	9.824.448,84	27.812	131.487.312,22
TOTAL	7.582	139.764.557,46	37.135	151.972.886,41	78	53.372.425,00	44.795	345.109.868,87

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil, 2012.

Org: Santana Silva, José Danilo, 2013.

Quando analisamos os dados da tabela acima, fica evidente que mesmo sendo o município de Gararu o de maior quantidade de contratos, totalizando 3.175, é no município de Nossa Senhora da Glória que se concentra a maior parte do montante destinado ao financiamento, mais de R\$ 19 milhões que representam mais de 25% do valor injetado no território é destinado mais ao investimento do que ao custeio das atividades agropecuárias. Em seguida a esse referente município, vem Gararu com mais de 12 milhões, Porto da Folha com mais de 11 milhões e Monte Alegre de Sergipe com 09 milhões que apresentam respectivamente os maiores valores de financiamento. É importante frisar que estes 04 municípios concentram quase 81% do crédito, ficando de fora Porto da Folha e Canindé do São Francisco, dois municípios que possuem grande extensão territorial, sendo um dos mais assolados pela seca, e com presença de grande número de Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária.

O crédito rural no território possui mais cifras para atividades de financiamento, sobretudo na pecuária. Em relação ao custeio, a destinação dos empréstimos está mais direcionada a agricultura. A comercialização tem menor representatividade, somando apenas 7 contratos, sendo 6 deles em Nossa Senhora da Glória.

Participam destas operações de crédito a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO que é um órgão do Estado de Sergipe que atua na concessão de créditos relacionado a produção no campo do TASS.

A Companhia de Desenvolvimento de recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) auxilia agricultores alocados nos perímetros irrigados da Companhia no acesso às linhas de crédito oferecidas pelos bancos estatais. Em 2012, a Empresa viabilizou a concessão de R\$ 460 mil em forma de financiamento aos produtores. No mesmo ano, a Cohidro prestou 155 assistências, auxiliando em uma das etapas dos pedidos de empréstimos e renegociação de dívidas, beneficiando ou resguardando o emprego direto de 465 pessoas na zona rural. (ASN, 2013)

Contudo, a maior parte destas operações de crédito é originária principalmente do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil. Atuam neste território também o Banco do Estado de Sergipe (BANESE), a Caixa Econômica Federal e o Bradesco - com menor expressão - na concessão de crédito rural.

Agências Bancárias do Alto Sertão Sergipano





Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Na medida em que o capital financeiro entrelaça as relações campo-cidade, avançam também outras formas de entrada do capital financeiro no campo além do Crédito Rural. Sob o domínio do capital alteram-se as relações de trabalho e de produção, e conseqüentemente toda vida social e cultural das comunidades locais que passa a ser influenciada pela lógica de consumo. Assim, a reprodução da própria vida para ser mediada pelo domínio da esfera financeira.

Não só cresce o número de bancos no Território, como também o número de instituições financeiras ligadas ao sistema de “crédito rápido” a aposentados e pensionistas.

Agências financeiras no Território do Alto Sertão



Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Durante pesquisa de campo, 75% dos entrevistados que possuíam aposentadoria afirmaram já ter retirado empréstimos junto as estas instituições financeiras de crédito rápido. O destino do financiamento é a aquisição de eletrodomésticos e compra de máquinas para auxiliar na produção. O capital financeiro atua assim na captura indireta de mais-valor, por meio da apropriação de fatias cada vez maiores da renda familiar.

De acordo Serviço de Informação ao Cidadão do INSS, os empréstimos realizados com desconto direto no benefício não possuem distinção por logradouro rural ou urbano. Para tanto, como as relações entre campo e cidade no TASS são intrínsecas, podemos observar a tabela abaixo como um panorama da ação das agências financeiras na captura da renda da unidade de produção familiar.

Podemos observar na tabela abaixo o ritmo crescente de operações que se iniciam no Território em 2009 e praticamente dobram no seguinte, passando por mais um salto de crescimento em 2013 e com tendência de crescimento ainda maior em 2014, uma vez que os dados abrangem somente os 5 primeiros meses deste ano.

Destaca-se na tabela o município de Nossa Senhora da Glória com quase R\$ 4 milhões em financiamentos em mais de 1.500 operações de crédito. Poço Redondo e Porto da folha também ultrapassam 1.000 operações, com financiamento na ordem de R\$ 2,5 milhões em cada município.

**Empréstimo Pessoal Ativo dos Municípios
do Território do Alto Sertão Sergipano
e do Estado de Sergipe, 2008 – 2014.**

Município do OP	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Canindé de São Francisco			258	648.904,27	468	1.087.781,50	543	1.228.982,61	604	1.357.416,61	823	2.232.119,37	422	1.099.549,09	3.118	7.654.753,45
Gararu			106	322.352,78	179	480.395,74	158	441.865,97	162	414.464,60	288	731.149,25	178	413.613,48	1.071	2.803.841,82
Monte Alegre de Sergipe			140	341.218,00	275	721.248,09	293	670.678,80	333	751.017,65	441	1.349.130,28	328	893.918,89	1.810	4.727.211,71
Nossa Senhora da Glória			448	1.089.282,35	820	2.247.397,37	905	2.266.792,90	1.180	2.747.092,20	1.532	3.820.293,38	976	2.312.430,55	5.861	14.483.288,75
Nossa Senhora de Lourdes			70	211.934,71	149	456.400,66	163	432.089,19	217	571.517,92	319	833.599,54	158	338.990,80	1.076	2.844.532,82
Poço Redondo			238	648.035,13	485	1.199.554,22	538	1.096.477,24	732	1.455.351,00	1.033	2.545.506,09	705	1.487.651,04	3.731	8.432.574,72
Porto da Folha			233	607.129,12	492	1.202.084,21	652	1.335.024,38	710	1.616.070,84	1.058	2.517.296,39	540	1.211.120,06	3.685	8.488.725,00
SERGIPE	1	2.335,78	14.167	35.320.162,54	26.690	67.371.719,40	35.009	84.356.589,04	46.200	115.972.109,91	79.663	225.048.336,74	45.594	118.412.087,19	47.324	646.483.340,60

Fonte: SUIBE

Data da Extração: 16.05.2014

Além das atuações dos bancos e das agências financeiras, o Território do Alto Sertão Sergipano torna-se receptáculo também dos projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado em parceria (financiamento) com o Banco Mundial. Neste território ganha destaque o “Prosperar”, Programa de Combate à Pobreza Rural, que está circunscrito no conjunto de outros projetos desenvolvidos na América Latina com o mesmo objetivo: “a guerra à pobreza”, ou “guerra aos pobres” nas palavras de Veltmeyer e Petras (2008).

O projeto tem como objetivo enraizar a pobreza rural no campo por meio da geração de emprego e renda através da inserção das famílias assistidas pelo programa ao mercado. No TASS foram financiados 94 projetos, assistindo 3560 famílias por meio R\$ 7.174.187,31 investidos. (PRONESE, 2013)

3.3 - O processo de subordinação (e dependência) da unidade de produção familiar ao capital financeiro

Quando o Sistema Nacional de Crédito Rural é criado durante a ditadura militar, a concessão de empréstimo estava disponível somente para as elites agrárias, detentoras de grandes extensões de terras no Brasil. O acesso ao crédito por parte dos camponeses e dos pequenos produtores foi possível somente por de várias reivindicações dos Movimentos Sociais.

Contudo, ainda são os grandes produtores quem recebem o maior aporte de recursos para o desenvolvimento de suas atividades, concentrando nas mãos de poucos produtores grande volume de crédito. A disponibilização de crédito rural segue a mesma lógica concentradora da estrutura fundiária brasileira. O Estado é sempre assistencialista as elites e oligarquias rurais, como é possível observar na tabela a seguir.

Financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil por tipo produtor e ano de safra, Sergipe, 2008/2009-2013/2014.

Safra	Míni Produtor		Pequeno Produtor		Demais Produtores		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
2008/2009	10.800	37.253.413	541	11.238.690	64	7.746.653	11.405	56.238.756
2009/2010	8.369	35.437.366	731	12.933.357	207	23.413.727	9.307	71.784.450
2010/2011	7.568	34.129.611	919	18.212.651	397	33.574.542	8.884	85.916.804
2011/2012	4.695	23.010.082	994	17.411.235	331	27.781.260	6.020	68.202.577
2012/2013	2.250	12.298.156	4.415	40.211.396	597	39.914.882	7.262	92.424.434
2013/2014	119	531.302	7.099	65.675.239	683	53.007.179	7.901	119.213.720
Totais	33.801	142.659.930	14.699	165.682.568	2.279	185.438.243	50.779	493.780.741

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

Chama atenção na tabela, a redução do número de contratos para mini produtores e o aumento vertiginoso das operações com pequenos produtores, o que pode indicar a mudança na classificação desses produtores. Entre o grupo dos demais produtores ocorre também o aumento das operações de crédito, mas em menor número. Em 2013, enquanto 91,35% ficam com 55,53% dos recursos do Banco do Brasil em Sergipe, os outros 8,65% dos produtores rurais recebem 44,47%. Como não existe a distinção entre médios e grandes produtores, concentração dos recursos pode se encontrar num patamar ainda mais elevado.

Mesmo com esses poucos recursos, o crédito rural constitui um importante mecanismo de manutenção da unidade de produção familiar. Dentre os entrevistados na pesquisa de campo, 90% declaram ser de grande importância o crédito, apesar de 30% terem ressalvas quanto o seu uso. Existe uma preocupação quanto o regime de chuvas, se a produtividade será suficiente para pagar o empréstimo e não ficar com dívida no banco.

Esta problemática do endividamento dos produtores rurais pode ser observada na seguinte tabela:

Saldo de operações e inadimplência, Municípios do TASS, 2013.

Município	Finalidade	Qt Oper	Saldo Líq	Qt Nor	Sdo Normal	% Adimp	Qt Atr	Sdo Atraso	% Inad
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	CUSTEIO	93	783.588,41	57	416.569,89	53,16%	36	367.018,52	46,84%
	INVESTIMENTO RURAL	1.559	13.972.595,40	891	12.443.870,89	89,06%	668	1.528.724,51	10,94%
GARARU	CUSTEIO	543	2.806.749,09	468	2.735.018,41	97,44%	75	71.730,68	2,56%
	INVESTIMENTO RURAL	3.116	21.031.265,03	2.721	20.280.096,38	96,43%	395	751.168,65	3,57%
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	CUSTEIO	341	2.715.696,48	265	2.614.912,86	96,29%	76	100.783,62	3,71%
	INVESTIMENTO RURAL	2.012	20.109.785,28	1.357	16.162.849,79	80,37%	655	3.946.935,49	19,63%
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	CUSTEIO	505	4.341.926,67	348	4.031.584,61	92,85%	157	310.342,06	7,15%
	INVESTIMENTO RURAL	2.727	24.608.169,72	2.049	21.275.554,86	86,46%	678	3.332.614,86	13,54%
NOSSA SENHORA DE LOURDES	CUSTEIO	36	315.941,33	31	308.995,72	97,80%	5	6.945,61	2,20%
	INVESTIMENTO RURAL	678	4.981.402,75	602	4.859.820,97	97,56%	76	121.581,78	2,44%
POÇO REDONDO	CUSTEIO	643	5.485.518,77	217	1.632.461,80	29,76%	426	3.853.056,97	70,24%
	INVESTIMENTO RURAL	3.332	28.374.782,01	1.595	22.053.849,33	77,72%	1.737	6.320.932,68	22,28%
PORTO DA FOLHA	CUSTEIO	270	1.615.761,29	208	1.555.248,94	96,25%	62	60.512,35	3,75%
	INVESTIMENTO RURAL	3.622	35.723.852,12	2.182	32.061.599,36	89,75%	1.440	3.662.252,76	10,25%

Fonte: Centro de Relacionamento com clientes e Informação ao Cidadão do Banco do Nordeste

Org.: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

É possível observar na tabela que dentre as operações de crédito rural do Banco do Nordeste, os índices mais elevados de inadimplência estão nas operações de custeio dos municípios de Canindé do São Francisco, com 46,84% e de Poço Redondo, com 70,24%. Neste último município a situação é mais grave, pois são 426 operações em atraso, contabilizando mais de R\$ 3,8 milhões. Mesmo com um índice de atraso bem menor, o município de Porto da Folha possui 1.440 operações de investimento rural em atraso, formando um montante de mais de R\$ 3,6 milhões de saldo atrasado. Nesta mesma linha de crédito, Poço Redondo possui 1.737 operações em atraso, com saldo de mais de R\$ 6,3 milhões.

Vale ressaltar que devido a securitização ocorre o arrolamento da dívida, transformando operações inadimplentes em operações adimplentes, aumentando os período para pagamento da dívida ou ainda possibilitando a concessão de novos empréstimos, tornando o produtor ainda mais endividado.

O empréstimo constitui-se, desta forma, no adiantamento da renda da terra estimada para uma produção futura. O que representa um grande risco em perder a propriedade da terra caso uma eventualidade climática, ou outro fator, ponha em risco a produção. Portanto, o PRONAF configura-se em um interessante mecanismo de envolver o camponês na lógica perversa do capital financeiro: a terra e a renda, que o trabalho empregado nela proporciona, ficam sujeitadas aos imperativos vorazes da irracionalidade da finança mundializada. A terra (renda) de trabalho para a reprodução da vida, através da produção do valor-de-uso, torna-se objeto possível de especulação, mesmo em uma unidade produtiva camponesa que não tem esse objetivo, com os empréstimos que têm as estimativas da produção e da renda futura da unidade camponesa. (OLIVEIRA JR., 2012, 192)

Esta situação de inadimplência é mais grave justamente nos municípios que abrigam a maior quantidade de assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Rodrigues (2012) vai analisar a gravidade desta situação no estado a partir a luta dos Movimentos Sociais contra a ação dos bancos na cobrança das dívidas.

O Fórum do Endividados e a reinvidicação de audiência pública junto a câmara dos Deputados para a renegociação de dívidas são uma dentre as muitas esferas de embate contra o capital, buscando manifestar e expor para a sociedade as principais contradições, preocupações e problemas da crise que atinge os pequenos agricultores diante do processo de integração do campesinato às relações de exploração impostas pelo agronegócio, apresentando principalmente o

endividamento crônico dos camponeses junto aos Bancos, dívidas adquiridas principalmente com empréstimos do PRONAF. (2012, 184)

Estava em pauta neste debate a expropriação de várias famílias de suas terras, seguindo a ação predatória e faustiana do capital.

Aos que permanecem em suas terras, o capital não oferece outro caminho senão a subordinação.

Para atender aos anseios da reprodução do capital, desconstrói-se ideologicamente o sujeito histórico camponês. O desenvolvimento do capitalismo não significou a destruição da organização produtiva familiar camponesa, porém o que se observa é que o capitalismo origina uma realidade marcada por progressos e permanências, pois é através de contradições combinadamente essenciais que esse sistema (re)produz. Assim, no campo, onde não expropria a terra dos camponeses, o capital busca sua valorização através da sujeição da renda da terra. (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, 18)

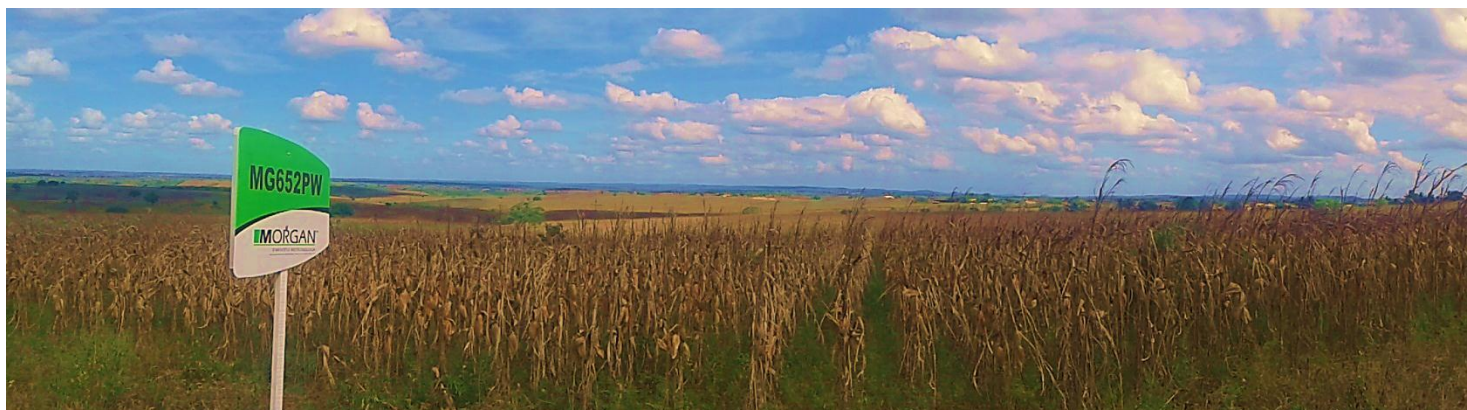
Dentre as estratégias de subordinação encontra-se a imposição da adoção do pacote tecnológico destinado a produção. Esta imposição não é estabelecida de forma direta, mas a partir das próprias leis de mercado. Diante da necessidade de ampliar o volume de produção para conseguir obter uma renda pouco melhor, muitos camponeses e produtores são orientados a comprar agrotóxicos e sementes transgênicas. No TASS, estas sementes transgênicas são utilizadas principalmente no plantio de milho.

Placa da Empresa de Produção de Sementes Transgênicas Morgan no Município de Nossa Senhora da Glória



Fonte: SANTANA SILVA, José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Área de Produção de Milho com uso de Sementes Transgênicas Morgan no Município de Nossa Senhora da Glória

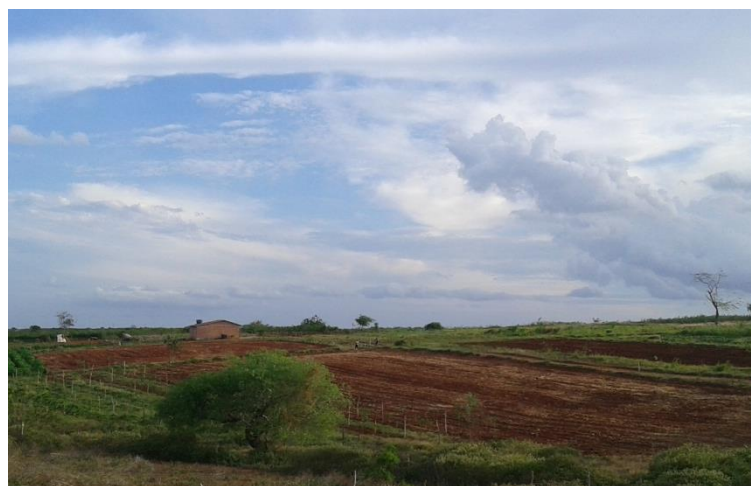


Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Dentre os entrevistados, 30% afirmaram utilizar sementes transgênicas. Pudemos notar que o uso destas sementes está associado às áreas de produção em maior escala de milho, onde inclusive o crédito rural é mais presente. O uso de agrotóxico é ainda mais intenso no TASS, 60% dos entrevistados disseram utilizar o produto. Este uso está presente não somente na produção de milho, mas também nas culturas de quiabo, sorgo, feijão e nas áreas de fruticultura.

Pudemos observar ainda que o avanço do milho tem se dado, ainda que inicialmente, em áreas de perímetro irrigado que deveriam ser utilizadas para horticultura e produção de frutas.

Preparação do solo para cultivo de milho e fruticultura em área de Perímetro Irrigado no Município de Poço Redondo



Fonte: SANTANA SILVA. José Danilo. Nossa Senhora da Glória/SE. 2014

Sob o prisma do agronegócio, as demandas de mercado passam a subordinar a produção no Território do Alto Sertão Sergipano. Diferentes estratégias são traçadas para garantia de maior extração direta e indireta de mais-valor, além da apropriação de fatias cada vez maiores de renda da terra.

O endividamento por crédito rural. O endividamento por crédito pessoal. O uso de agrotóxicos. O plantio de sementes transgênicas. A redução da produção de alimentos. A perda da agricultura de subsistência. A especulação no preço da terra e da produção nas áreas de monocultura. O capital financeiro tece sua teia e envolve a unidade de produção familiar, capturando sua autonomia.

Para tanto, o processo de subordinação da unidade de produção familiar tramado pelo capital e alicerçado pelo Estado encontra também resistência no campo. Estratégias de luta, resistência e permanência também ecoam no Território do Alto Sertão Sergipano. A presença de assentamentos e acampamentos

IV – CONCLUSÃO

*Hoje não tem boca pra se beijar
 Não tem alma pra se lavar
 Não tem vida pra se viver
 Mas tem dinheiro pra se contar
 De terno e gravata teu pai agradar
 Levar tua filha pro mundo perder
 É o céu da boca do inferno esperando você
 É o céu da boca do inferno esperando
 Esquiva da Esgrima, Criolo*

O pacto com Mefistófeles revela-se inútil para Fausto ao descobrir que Margarida, sua amada, está presa a sua própria condição humana e as leis dos homens. Mefistófeles não tem poderes sobre Margarida, devido a sua inocência. Cabe a Fausto seduzi-la por meio de joias caras e pedras preciosas. Entregue a esta relação, o romance da jovem de 15 anos é acompanhado por uma série de tragédias, dentre elas a morte do seu irmão em duelo contra Fausto.

Consumida pelo sentimento de culpa, Margarida enlouquece e é presa sob acusação da morte do seu bebê e da sua mãe. Enquanto Fausto pagaria sua dívida após a sua morte, seguindo a lei dos espectros, a condenação de Margarida por homicídio deveria ser paga com o seu encarceramento. Fausto vê-se então obrigado a sacrificar-se para libertar Margarida dos grilhões do cárcere. Ao final da tragédia de Goethe, Margarida morre logo após fugir, mas têm sua alma salva e levada aos céus, enquanto Fausto segue com Mefistófeles.

Assim como Fausto observa que o pacto com Mefistófeles constitui-se numa grande farsa diante de toda tragédia ocorrida com Margarida, o desfecho de Cosmópolis com o confronto de Eric Parker e Benno Levin, seu ex-funcionário, vai desvelar o mundo do poder econômico, a ruína do sistema econômico global representa a queda do seu próprio eu, onde suas certezas são postas em dúvida e se revelam o vazio da sua existência e o aniquilamento dos seus valores.

Em confronto com seu próprio assassino, Eric Parker encontra na dor e eminência da sua morte o limite da sua própria vida, a destituição do seu poder financeiro que antes acreditava ser mítico.

“O rato tornou-se a unidade monetária”.

O cybercapital falhou ao tentar se substanciar no infinito, o acúmulo de riquezas e o investimento empresarial havia encontrado fronteira. A dor era esse limite. No corpo de Eric encontravam-se a suas próprias respostas, a sua próstata assimétrica representava tudo aquilo que não se enquadrava na ordem, progressões e padrões numéricos dos fluxos financeiros. As falhas e deformações da vida não eram perceptíveis na análise do mercado.

Ambientadas e escritas em tempos históricos diferenciados, as obras de Goethe e DeLillo submergem nos conflitos e transformações de suas personagens frente as alterações da sua condição individual mas simultaneamente histórica e social. Enquanto Goethe se lança na análise da modernidade, analisando criticamente a revolução econômica que vai transformar tudo em mercadoria, a obra de DeLillo apresenta um cenário apocalíptico em que as certezas da financeirização econômica não conseguem mais dar respostas ao mundo em colapso. Em Cosmópolis, tempo, espaço e a própria vida humana estão subjugados aos interesses do cybercapital.

Ao passo que Fausto se encontra num período de ascensão econômica, Erick Parker defronta-se com um mundo de falência do sistema financeiro. A preocupação com a perda da essência humana e a sua subsunção moral e ética aos interesses da acumulação de lucros é comum a duas obras.

A partir desta reflexão buscamos analisar os impactos da financeirização da economia na vida social. Sob o comando do capital, todas as esferas da vida são subjugadas ao mercado para a acumulação de lucro. Como afirma Marx, o ciclo do capital deve estar em constante funcionamento, em ritmo crescente e incessante.

Nos escritos do Capital, Karl Marx afirma que o limite da produção capitalista é o próprio capital. A sua valorização é sua partida e meta, motivo e fim da produção. Para conseguir seus fins tudo lhe é permissível: a expropriação e a depauperação dos trabalhadores. Não há limite de expropriação, pois esta é a garantidora da extração da mais valia seu meio e fim. A qualquer custo busca-se o lucro, sob o pretexto da utilidade/consumo destruindo os recursos humanos e materiais. Nesse processo o sistema do capital se articula em uma rede de contradições, para a sua realização, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo. (CONCEIÇÃO, 2011, 5)

Na medida em que se acirram as contradições, o capital manifesta-se de forma ainda mais voraz. Sua incontrollabilidade metabólica conduz o sistema do capital à

necessidade de reproduzir-se de forma real e fictícia. Para tanto, a transformação de D (dinheiro) em D' (dinheiro + lucro) por meio das especulações no mercado financeiro permite a criação somente de uma riqueza fictícia e temporária.

O encurtamento do período entre as crises econômicas e o estouro das bolhas especulativas demonstram os limites da reprodução do capital financeiro e consequentemente a necessidade de atuar de forma mais intensa sobre a economia real. Assim, o capital financeiro se faz cada vez mais presente em nosso cotidiano, dominando grandes setores da economia e ditando as políticas de desenvolvimento em caráter mundial. A subserviência dos Estados ao capital financeiro ocorre em escala ampliada, abarcando desde os países mais pobres até as grandes potências mundiais. São hoje as grandes potências capitalistas fruto da chamada Nova Ordem Mundial que apresentam os maiores endividamento do setor público.

A necessidade de acumulação faz com que o capital imponha novas formas e estratégias para extração direta e indireta de mais-valor. Seja por meio da força ideológica ou da dominação coercitiva, o Estado é permissivo a trama do capital. Cabe ao Estado garantir instrumentos políticos, sociais e econômicos que possibilitem a exploração cada vez maior da força de trabalho.

Inserido neste processo de avanço do capital financeiro, o reordenamento territorial atuou na retirada de barreiras para reprodução do capital no campo. Sob a tutela do mercado, sobretudo financeiro, o campo passa a ser gerido do modelo do agronegócio desde as pequenas até as grandes propriedades.

O avanço do agronegócio no campo Brasileiro, e consequentemente no campo Sergipano pode ser observado nas alterações da paisagem com predomínio cada vez maior das áreas de monocultura. Nesta trama, a unidade de produção familiar é conduzida pelo Estado ao caminho, apresentada como único, de sujeição da sua produção ao monopólio do capital.

Pudemos observar no Território do Alto Sertão Sergipano que o crédito constitui um importante mecanismo de subordinação da unidade de produção familiar ao monopólio do capital. Juntamente com empréstimos, toda a produção é direcionada para o desenvolvimento da cadeia produtiva voltada para o mercado em detrimento da redução das áreas voltadas para produção de alimentos.

Dentre as estratégias de captura da unidade de produção familiar, a principal delas é a criação de um ciclo vicioso em direção ao crédito. Ao mesmo tempo em que é necessário para produção diante das adversidades financeiras e ambientais dos assentados, camponeses e produtores rurais do Território do Alto Sertão Sergipano, o crédito gera dependência e garante, em grande parte, a subordinação do campo ao capital.

Vale observar também que a arquitetura montada para a concessão de crédito rural constitui por si só uma trama. Bancos, Associações, produtores, demais sujeitos e atores ligados (e subordinados) aos agentes do capital financeiro se entrelaçam para formar uma rede de fluxos financeiros em busca de valorização, nem sempre forma direta.

Para tanto o crédito nem está sempre disponível, ficando a mercê das flutuações e interesses de mercado. No TASS, devido as adversidades climáticas agravadas com regime reduzido de chuvas nos últimos 05 anos, o crédito é contraído e disponibilizado em maior parte, somente para os produtores que oferecem maiores garantias de pagamento. Estes por sua vez são produtores detentores de grandes áreas destinadas à produção de milho, que já apresenta um nível mais elevado de mecanização agrícola e maior integração com o mercado.

No TASS, o agronegócio tem avançado por diversas frentes, fazendo eco a política nacional de subordinação do campo ao capital financeiro. O pacto de classe promovido durante o primeiro governo Lula já não é capaz de dar respostas aos Movimentos Sociais. O esvaziamento das lutas no campo tem sido danoso para permanência da unidade de produção familiar, havendo assim o nítido aumento da pobreza no campo Sergipano, mascarada em parte pela manutenção de alguns programas sociais. Programas que já apresentam certo esgotamento frente a opinião pública, principalmente a classe média. Os veículos de comunicação e redes sociais espetacularizam a barbárie com o ódio ao pobre.

Enquanto o capital especula desde a produção agropecuária e até o mercado da fome, a crise econômica mundial faz com que o processo de exploração da força de trabalho ocorra de forma mais voraz.

O Estado é permissivo a destruição da unidade de produção familiar e destruição das lutas camponesas. A juventude no campo se esvai com a penetração das drogas, formando sujeitos assujeitados da sua condição humana.

O lumpén cresce a cada dia no sertão sergipano!

Na contramão deste processo, todos aqueles que acreditam na necessidade de uma revolução social, de reversão da barbárie já em curso. Movimentos Sociais presentes no Território do Alto Sertão Sergipano atuam na árdua e diária luta de contrapor-se a este processo de sujeição, trançando as próprias estratégias de resistência e permanência.

A tragédia está posta, o capital já apresenta sinais de seu colapso. Qual será o rumo da nossa história?

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS – ASN. **Sergipe é o estado com maior produtividade de milho no Nordeste:** http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:39519/sergipe_e_o_estado_com_maior_produtividade_de_milho_do_nordeste.html. Acesso em: 02 de maio de 2014.

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS – ASN. **Governo do Estado disponibiliza 460 mil em linhas de crédito para agricultores.** Disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:35295/governo_do_estado_viabiliza_r_460_mil_em_linhas_de_credito_para_agricultores.html. Acesso em: 15 de dez de 2013.

AGROCIM. **Lavouras de milho avançam em Sergipe.** Disponível em: <http://www.agrocim.com.br/noticia/Lavouras-de-milho-avancam-em-Sergipe.html>. Acesso em: 15 de ago de 2014.

ALMEIDA, José Rubens M. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo:** Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE CRÉDITO RURAL. Banco Central do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel517.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível em: <<http://www.auditoriacidadada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

BANCO DO BRASIL via PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

BANCO DO NORDESTE via PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

BECKER, Bertha. **Síntese das Contribuições de Oficina da Política Nacional de Ordenamento territorial** in Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 2005.

CARCANHOLO, Marcelo D. **Dialética do Desenvolvimento Periférico:** dependência, superexploração da força. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, vol. 12, nº. 2, p. 247-272, 2007.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Riqueza Fictícia e a grande depressão do século XXI (sobre as categorias teóricas de capital fictício e lucros fictícios) in **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 137-158, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitario versus capital financeiro *in* **Revista Problemas del Desarrollo** (Revista Latinoamericana de Economia), vol 32, nº 124. México, D.F., 09-31, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Porto Alegre: Ensaio FEE, nº 1, vol. 20, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. **Capital fictício e lucros fictícios**. Rio de Janeiro: REVISTA Soc. Bras. Economia Política, nº 24, p. 41-65, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHESNAIS, François. Introdução Geral *in* **A mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, p. 11-34, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio**. Buenos Aires: Meridiano – Revista de Geografia, nº. 2, p. 81-104, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da (Orgs.); **Estado e Políticas Públicas**: a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe**. São Cristóvão, Revista Geonordeste, ano XXII, n. 2, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital**. João Pessoa Revista OKARA: geografia em debate, vol.1, n. 1-152, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005.

DANTAS, Gilson. **Chesnais: a esfera financeira e a crise capitalista** *in* Revista Iskra. São Paulo: Ferrari, nº II p. 62-74, 2009.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L.; **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5491&catid=301> Acesso em 15 mai 2013.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1985.

DELILLO, Don. **Cosmópolis**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

DINHEIRO RURAL. **LCA é a Tacada Certa**. Disponível em: <http://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agrofinancas/lca-e-a-taca-da-certa>. Acesso em: 02 de maio de 2014

DUTRA JR, Wagnervalter. **A Geografia da Acumulação – Territórios do Trabalho (Abstrato) e da Riqueza (Abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

DUTRA JR, Wagnervalter; CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **A Geografia da Acumulação – Reflexões Acerca dos Territórios do Trabalho Abstrato e da Riqueza Abstrata**. Presidente Prudente: Revista Pegada, vol. 11, nº. 1, p. 34-63, 2010.

FERREIRA, Carlos Rubens. **Crédito Rural como Apropriação da Renda da Terra pelo Capital Financeiro**. Publicado na Revista de Estudos Jurídicos, nº1, 2012.

GEMER, Claus M. **O Sistema de Credito e o Capital Fictício em Marx**. Porto Alegre: Ensaios FEE, p. 179 -201, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Novo Rural Brasileiro**. Publicado na Revista Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1), maio, p. 43-81, 1997.

HARVEY, David. **Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANNI, Otavio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>. Acessos em: 10 de nov de 2013 – 05 de dez de 2014.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3ª. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LAPYDA, Ilan. **A “financeirização no capitalismo contemporâneo”**: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUZ, BITTENCOURT E TAIOKA. **Financeirização da Riqueza: uma Análise da Evolução da Receita Financeira no Setor Industrial**. Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/2013/33/2013_33_8277.pdf (2013). Acesso em: 15 de ago de 2014

MAPA via PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante** *In* Boletim Paulista De Geografia. São Paulo: Xamã, nº 84, p. 105-136, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro Tomo 1. Vol. IV.** São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro Tomo 2. Vol. V.** São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

MENEZES, Sonia Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação do/no território sergipano das fabriquetas de queijo.** Tese (doutorado em geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MONTENEGRO, Jorge Ramon G. Los limites del consenso – La propesta e desarrollo territorial rural em America Latina *in* FERNANDES, Bernardo M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 249-274, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Manuel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

NÚCLEO ESTADUAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. Plano de Desenvolvimento do APL da Pecuária do Leite <<http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL 2012. Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA). 2001. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo de pecuária de leite e derivados do alto sertão sergipano. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/Biblioteca/PD_SE_Pecuaria_de_Leite_e_Derivados_do_Alto_Sertao_Sergipano_2008.pdf. Acesso em: 15 de ago de 2014.

PRONESE. **Relatório do Desempenho do Prosperar por Território**. Disponível em <http://www.pronese.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=51>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RODRIGUES, Vanessa Paloma A. **Capital, Estado e a Lógica Dissimulativa das Políticas de Crédito no Processo de Expropriação e Sujeição do Trabalho do Campo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

RÜCKERT, Alomar A. **A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção** – Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, vol. 11, n. 245 (66)

SILVESTRINI, André Dressano e LIMA, Roberto Arruda Souza. **Securitização da dívida rural brasileira: o caso do Banco do Brasil de 1995 a 2008**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. vol.49, n.4, 1021-1050, 2011.

STÉDILE, João P. Tendências do Capital na Agricultura *in* STÉDILE, João P (org.). **A questão Agrária no Brasil vol. 7**. São Paulo: Expressão popular, p. 19-38, 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

Superintendência de Estudos e Pesquisas do Governo do Estado de Sergipe. **Território do Alto Sertão Sergipano**. Aracaju:. Escala indeterminável. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/images/especiais/Perfis_Municipais/Alto_Sertao_Sergipano/Nossa_Senhora_da_Gloria.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013

THE MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Global flows in a digital age: How trade, finance, people, and data connect the world economy**. Disponível em: http://www.mckinsey.com/insights/globalization/global_flows_in_a_digital_age. Acesso em: 19 nov. 2014

VELTMEYER, Henry e PETRAS, James. Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento *in* PAULINO, Eliane Tomiasi Paulino e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008, p. 79-117.